

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

SALLUM JÚNIOR, Brasília. Brasília Sallum Júnior (depoimento, 2016). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 22min).

**Brasília Sallum Júnior
(depoimento, 2016)**

Rio de Janeiro

2017

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Celso Castro;

Técnico de gravação: João Batista Teófilo Silva; Ninna Carneiro;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 22/01/2016 a 22/01/2016

Duração: 2h 22min

Arquivo digital - áudio: 3; Arquivo digital - vídeo: 3; MiniDV: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Cientistas sociais de países de Língua Portuguesa: histórias de vida”, com financiamento do Programa de Cooperação em matéria de Ciências Sociais para os países da comunidade de Língua Portuguesa (Programa Ciências Sociais CPLP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Temas: Antropologia; Argentina; Ato Institucional, 5 (1968); Centro de Estudos de Cultura Contemporânea; Chile; Ciência política; Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; Comunismo; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Crise de 1961; Democracia; Ditadura; Economia; Èmile Durkheim ; Ensino secundário; Ensino superior; Exílio; Família; Fernando Collor de Mello; Florestan Fernandes; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; Golpe de 1964; Governo Dilma Rousseff (2011-); Governo Fernando Collor (1990-1992); Impeachment; Impeachment de Collor; Imprensa; Infância; Intelectuais; Itália; José Carlos Pereira de Sousa; Magistério; Maria Isaura Pereira de Queiros ; Marxismo; Metodologia de pesquisa; Migração; Militância política; Militares; Partido Comunista Brasileiro - PCB; Poder judiciário; Política; Política científica e tecnológica; Pós - graduação; Produção intelectual; Questão agrária; Redemocratização; São Paulo; Serviço Nacional de Informações; Síria; Sociologia; Universidade de São Paulo; Universidade Estadual de Campinas;

Sumário

Entrevista: 21.01.2016

Origens: a infância em Porto Alegre; a morte precoce do pai; os estudos no colégio jesuíta Anchieta; o percurso acadêmico – os cursos de graduação e pós-graduação; a profissão dos pais; a ascendência síria e a migração da família paterna para o Brasil; a ascendência italiana na linhagem materna; o trabalho no comércio e a desestabilidade financeira após a morte do pai; a graduação no Brasil: a opção pelo curso de Economia na graduação; as memórias sobre a Campanha da Legalidade de 1961; o manifesto político contra a Ditadura Militar na cerimônia de formatura do colegial; o desencanto com o curso de Economia no Brasil; a mudança para o Chile: o contato com os cepalistas; a decisão por fazer o curso no Chile; a entrega das cartas de recomendação e a bolsa na Universidad de Concepción; a conciliação dos estudos no Chile; a infraestrutura da universidade; as experiências políticas e acadêmicas possibilitadas pela conjuntura política do país vizinho; os contatos com J.J.C.C (Las Juventudes Comunistas de Chile) e o MIR (Movimento de Izquierda Revolucionaria); o episódio boliviano que causou o despertar para as questões de uma economia como política; o contato com a produção acadêmica do Florestan Fernandes na USP e a decisão de ir para São Paulo; a volta para o Brasil e a graduação na USP: a volta para Porto Alegre; os estudos para o vestibular, interesse e primeiro contato com a Sociologia; a admissão no curso de Ciências Sociais na USP e a vida em São Paulo; a grade curricular na USP e as aulas com o professor Florestan Fernandes; a antropologia física e a antropologia cultural na grade curricular; as participações extracurriculares na faculdade e as atividades políticas; a crise do curso em 1968 e a nova reforma curricular; a batalha da Maria Antônia e a mudança para a Cidade Universitária; a graduação após o AI5 (Ato Institucional 5): os professores afastados do curso de Ciências Sociais na USP, especialmente na Sociologia; os professores que optaram por deixar o país e o esvaziamento do departamento; pós-graduação e a influência do marxismo na graduação: os cursos de pesquisas com Maria Isaura Pereira de Queiroz e José Carlos Pereira durante a graduação, de onde surge o interesse pela área rural; a pós-graduação com o professor Luiz Pereira; as influências teóricas e os debates sociológicos das áreas rurais; a doutrina marxista do Florestan Fernandes e as gerações subsequentes; os relatos dos trabalhadores rurais; o convite para lecionar na USP e a opção pelo departamento de Sociologia; a entrada para o corpo docente na Universidade de São Paulo (USP): a tentativa de lecionar na Unicamp por questões financeiras; a entrevista com o SNI (Serviço Nacional de Informação) e a autorização para entrar na USP; a entrada para o doutorado e os problemas de saúde: a perda dos dados e da bolsa da pesquisa; o período de repouso por motivos de saúde; o aproveitamento da pesquisa para iniciar o doutorado; o debate da teoria marxista e o empirismo na pesquisa; a rotina de quimioterapia conciliada à docência; o interesse pela área política: teoria marxista no universo de análise política – o novo do debate sobre as relações Estado, capital e classe nas aulas da pós graduação; o contexto da transição para a democracia e uma reflexão sobre a postura de ter aderido ao Partidão (Partido Comunista); a coluna política na Folha de São Paulo; as dificuldades de conciliar as leituras políticas com a linha editorial do jornal; os estudos de política na Academia: os planos para novos projetos depois da conclusão do doutorado; o projeto que deu origem ao Banco de Dados POLI junto ao professor Eduardo Graeff; a conciliação do jornal com a Academia; a saída do centro de pesquisa social e Banco de Dados POLI e a mudança para o CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea); os centros de pesquisa e os recursos financeiros: a conciliação entre

o CEDEC e a livre docência na USP; a desorganização dos centros de pesquisa da USP e a necessidade de se fazer grandes pesquisas fora da universidade; a falta de financiamento da administração das pesquisas nos núcleos universitários; a criação do Laboratório de Pesquisa Social (LAPS) do departamento de Sociologia; a nova lei de Ciência e Tecnologia; as agências financiadoras como a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e a CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico); a Ciência Política e a Sociologia: a abordagem da Sociologia Política trazida no seu artigo “Labirintos: Dos gerais à Nova República”; o debate da dinâmica das instituições e da sociedade dentro da Ciência Política e da Sociologia; a fragmentação dos modelos teóricos da Sociologia; a carência de explorações sobre novos vieses dos autores clássicos; o viés político em Durkheim e Weber; os estudos sobre o impeachment do Presidente Fernando Collor: o livro “O Impeachment de Fernando Collor” lançado em 2015; as diferenças entre os contextos do impeachment do Fernando Collor em 1992 e do pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff em 2015 – a democracia em questão; a instabilidade e fragmentação partidária atual; o protagonismo do Poder Judiciário; os resquícios da presença dos militares ainda no governo Collor; planejamentos e perspectivas para novos estudos sobre o Brasil: a aposentadoria para 2016; os planos para a realização de estudos comparados sobre as dinâmicas sócio-política que induzem à mudanças nas relações centro-periferia com recorte na Argentina, Brasil e México; as transformações nos países periféricos e o PIB per capita – o declínio do Brasil nos últimos anos.

Entrevista 22.01.2016

C.C. – Brasília, em primeiro lugar, obrigado por ter aceito o convite para colaborar com esse projeto, sobre a memória das ciências sociais no Brasil. A gente vai começar falando um pouco da sua juventude, do seu ambiente familiar, os seus estudos antes da universidade. Você é do Rio Grande do Sul, não é?

B.J. – Eu sou do Rio Grande do Sul. Bom, me eduquei lá, em geral, fiz a... Eu perdi o pai muito cedo, então isso fez com que a minha mãe me colocasse logo no jardim de infância muito jovem.

C.C. – Foi em Porto Alegre que você nasceu?

B.J. – Porto Alegre. Eu nasci em Porto Alegre e o meu pai morreu antes de eu ter três anos, então minha mãe teve a boa ideia de me colocar logo no chamado jardim de infância naquela época. E num colégio de freiras etc. Depois, a partir da quarta série do primário, eu fui para um colégio jesuíta, o Colégio Anchieta, que é o correspondente aqui em São Paulo ao São Luís. No Rio eu acho que existe um correspondente também.

C.C. – Santo Inácio.

B.J. – É, Santo Inácio. Exatamente, Santo Inácio. Aí eu fiz o ginásio, o colegial, naquela época, o científico, e ingressei no primeiro ano de economia, em Porto Alegre mesmo. Mas ao final do ano eu resolvi ir para o Chile e desisti de economia, porque... Enfim, depois a gente pode até conversar sobre isso. Eu saí de Porto Alegre e fui, já no começo do ano de 1966, para o Chile. Fiquei estudando no Chile também economia, desde o início até setembro de 1966. Em setembro eu achei que eu deveria voltar ao Brasil, mas não para continuar economia. Retornei para fazer ciências sociais. Voltei para Porto Alegre e fiquei lá estudando de outubro até o vestibular. Fiz vestibular, passei e aí vim para São Paulo em 1967. Já estava um pouquinho, assim, fora da idade, mas, enfim, eu fiquei aqui, terminei o curso em quatro anos. Apesar de toda a agitação da época. Entrei na pós-graduação com o Luiz Pereira, que foi meu orientador, para mestrado, enfim... Mas aí eu posso...

C.C. – Eu queria voltar só um pouquinho mais para o início. Você nasceu em 1946?

B.J. – Isso.

C.C. – Você perdeu o seu pai muito cedo. O seu pai fazia o quê?

B.J. – Meu pai, ele era comerciante. Ele tinha representação de várias fábricas de tecidos de São Paulo. Ele tinha um escritório bem-sucedido. Ele representava, fábricas de tecidos de São Paulo na região Sul do país, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A sede do escritório era em Porto Alegre. Meu pai era de origem síria. Ele foi o primeiro filho nascido de uma família que migrou da Síria para cá.

C.C. – Nasceu já no Brasil?

B.J. – Já, sim. Ele já nasceu no Brasil, por isso o nome Brasília, o primeiro filho nascido aqui. Meu avô João tinha mania de homenagear as efemérides. Uma tia que nasceu no ano da Revolução Russa, ganhou o nome de Moscovita. E por aí vai.

C.C. – Mas ele mantinha um vínculo com a família de origem, na Síria, ou não?

B.J. – Meu avô? Não, que eu saiba. Todos emigraram. Uma parte veio para o Brasil. Três irmãos, vieram para o Brasil e os outros para o México, eu acho. Mas se perdeu essa conexão. A gente não tem essa conexão com o México. Entre os que vieram para o Brasil, um dos irmãos do meu avô faleceu bem depois dele, mas não teve filhos, Veio também uma irmã, minha tia-avó, que morava em Porto Alegre, tia Rahme, que em português se chamava Carmen. Mas eles não tinham muito contato com a gente de início. Só mais tarde passamos a ter mais contato com a família de meu pai, os irmãos e sobrinhos que moravam em Curitiba. A minha mãe Eva ficou viúva muito cedo. Ela era de origem italiana, de uma família do Veneto, que acabou, por circunstâncias de migração, se instalando lá perto de Pelotas, na zona rural. O que é bem estranho, porque a imigração italiana, em geral, foi lá para a zona mais ao norte do Rio Grande do Sul. A família dela foi para o sul. O pai dela morreu muito cedo também. Ela tinha cinco irmãs. Ficaram minha avó e mais seis irmãs. Com a morte dele elas mudaram para Pelotas, porque não conseguiam manter a chácara sozinhas. Foram para Pelotas, todas trabalharam, em geral no comércio, como era comum em famílias de imigrantes. Minha mãe trabalhou como ajudante de dentista. Depois conheceu meu pai. Ela já tinha 24 anos e meu pai tinha 32 quando os dois casaram. Casaram e foram\ morar em Porto Alegre, compraram uma casa etc. Eles tinham uma vida, embora trabalhosa, mais ou menos confortável. Mas ele morreu com 36 anos, de câncer. Assim, minha mãe ficou viúva aos 28.

C.C. – Quantos irmãos você...

B.J. – Éramos dois. Quer dizer, eu e mais uma irmã.

C.C. – E sua mãe continuou trabalhando nos negócios da família?

B.J. – Não, não consegui. Enfim, ela não tinha prática. Eles não conseguiram... Ela não conseguiu, com um irmão de meu pai, tocar aquilo. Minha mãe ficou, vamos dizer assim, como dona de casa, com aluguéis e pequenas iniciativas comerciais. Mas ficou em uma situação econômica não muito folgada. Na verdade, bem apertada. Tinha que sustentar uma casa grande, com a ajuda de uma irmã solteira, tia Amélia, que costurava para fora

C.C. – E você estudou no colégio jesuíta, no Anchieta. E a opção por fazer economia? De onde é que veio?

B.J. – Olha, eu entrei no científico, pois eu tinha uma certa facilidade para matemática. Em geral, naquela época, você era engenheiro, ou advogado, alguma coisa assim, não é? Ou, então, médico. Mas eu não tinha grandes pendores para biologia, para coisas desse tipo. Não tinha muito gosto por isso. Eu imaginei que fosse me tornar engenheiro. Depois, fiquei um pouco entusiasmado com administração, mas eu, já no primeiro colegial, entrei em contato com alguma literatura econômica, basicamente do Celso Furtado. Eu li, me impressionou muito o livrinho do Celso, *A pré-revolução brasileira*. Você deve conhecer. Isso me entusiasmou bastante; fiquei muito empolgado. Além disso, a gente tinha também no colégio atividade política entre os alunos. Fiquei então muito entusiasmado com a economia e acabei mudando de opinião. Contra, aliás, obviamente, a vontade da minha mãe, porque a tradição era engenharia ou medicina, Fiz vestibular de economia entusiasmadíssimo. Porque na preparação eu li várias coisas do Celso, principalmente *A formação econômica do Brasil*, que me deixou empolgadíssimo, etc. Isso para o vestibular. Naquela época, o vestibular era dissertativo, então você precisava...

C.C. – Você fez vestibular final de 1964?

B.J. – Final de 1964.

C.C. – Você pegou esse período longo não é? 1961 tem Cadeia da Legalidade, essas coisas. Você tinha o que, 15 anos, por aí?

B.J. – É, mas a gente...

C.C. – Como é que você acompanhou e viveu esse período político?

B.J. – Bom, em 1961 era um pouco mais espectador. A gente escutava as histórias e tinha uma visão, assim, meio marginal em relação à política. A não ser pelo rádio. Se escutava muito o rádio. E pelas conversas. Minha mãe tinha muitas amigas e, então, nós acabávamos escutando. Não tinha muita conexão, mas em 1964, já foi um pouco diferente. Já estava com 17 anos. Nós tínhamos um pequeno grupo de estudantes, que se reunia sempre. Era um pessoal mais intelectualizado, politizado lá do Anchieta. Reuníamos sempre para discutir filosofia, sociologia, questões sociais que nos preocupavam naquele momento. E nós acabamos nos articulando para fazer uma espécie de protesto político no final do ano, na cerimônia de formatura. Acabamos fazendo, porque preparamos. Nós tínhamos um colega de uma retórica muito forte, o Eduardo Aydos, como orador da turma. Nós nos reunimos, ajudando a preparar um discurso de formatura, que deveria ser um discurso de protesto em relação ao golpe militar. Fizemos isso, foi um acontecimento lá na formatura. Fizemos um tipo de protesto, mas, enfim, aquilo não teve tanto impacto, a não ser na escola. Eu até, esses dias, peguei um anuário do Colégio Anchieta daquele ano e o protesto simplesmente não consta. Literalmente não consta. Mas houve um protesto lá, etc., os estudantes levantaram, falaram contra a ditadura. [riso] Os pais ficaram um pouco apavorados, mas, enfim, nos formamos lá em 1964. Depois eu fiz o vestibular e passei.

C.C. – E economia? O curso estava meio desfalcado de professores?

B.J. – Exatamente. Essa foi uma das razões pelas quais eu fui para o Chile. Porque no primeiro ano de economia a gente tinha aquelas matérias auxiliares: Direito, Administração, enfim, todas essas matérias auxiliares de economia, mas não se ensinava economia propriamente dita. Então eu estudava matemática, todas as matérias auxiliares e não economia. Então, para mim, foi muito chato o curso. A Faculdade de Economia, tinha perdido professores. Perdeu o principal professor de economia, a referência em macroeconomia, o professor Cláudio Acurso, que tinha sido aposentado pelo regime. Embora eu estudasse sempre, acabei me desinteressando muito pelo curso ... Na verdade, assistia cursos como ouvinte lá na Faculdade de Filosofia, nas Ciências sociais. Ou então estudava para um curso de filosofia, que era dado por um professor muito inteligente, que depois foi para o Rio de Janeiro, o Gerd Borheim . Ele era muito

impressionante como conferencista. Então eu aproveitava muito aquilo,. Assistia também aos cursos de história das ideias políticas, coisas assim que... Aquilo realmente me interessava. . Então, vamos dizer assim, a situação não parecia muito interessante do ponto de vista intelectual, para mim, na Faculdade de Economia. Eu fui lá secretário de cultura do Centro Acadêmico. Organizávamos conferências, trazíamos gente para discutir coisas etc. Assim, o que me parecia ser um esvaziamento intelectual do curso, fez com que eu entrasse em contato com outras coisas. Nesta atividade eu conheci alguns economistas que tinham feito um curso da Cepal no Chile, depois tinham ido para a Polônia fazer os cursos de planejamento industrial com Michal Kalecki. Eles conheciam o pessoal do ILPES no Chile e acabaram... Naquela época, é bom lembrar, (acho que as pessoas hoje não se dão conta) o ambiente era muito menos burocratizado e normatizado. Eu obtive duas cartas de recomendação desses economistas, que estudaram no Chile, para vários outros economistas que conheciam lá. Fui para lá com essas cartas de recomendação. Fui, apesar da oposição da minha mãe, que temia o desconhecido. Mas ela acabou me levando até Montevidéu. Eu fui com dois amigos, que se entusiasmaram e foram junto comigo para o Chile.

C.C. – Com uma bolsa da Cepal?

B.J. – Sem bolsa nenhuma. Sem nada. Com as cartas. Só para você ter uma idéia da aventura. Então, obviamente, você imagina minha mãe, viúva, etc. Para ela, foi... E ela nos levou, de todo jeito, até Montevidéu, porque ela conhecia. Nos levou até o Rio da Prata, até Colônia, para pegarmos o navio para Buenos Aires. Chegando lá em Santiago, fiquei na casa de um ex-colega, que, aliás, você deve conhecer, o José Luís Fiori, que estava lá com os pais. Nós tínhamos estudado juntos para o vestibular de Economia. O pai dele, Ernani Fiori tinha sido professor de filosofia da URGs, mas foi aposentado pelos militares. Ele tinha ido para o Chile por causa disso. Ele era o professor do qual o Gerd Borheim tinha sido assistente. Ficamos dois, três dias na casa dele. Levei lá no ILPES as tais cartas. Uma das cartas era para o Carlos Lessa, que estava lá. Ele nem deve lembrar disso, mas eu fui lá. Entreguei, conversamos, aquela coisa. Ele me disse : “Não, não fica aqui em Santiago. Vai para Concepción, porque Concepción é uma faculdade de economia nova; nós acabamos de reformar o currículo. Está ótimo, isso, isso e aquilo.” Ele, ato contínuo, mandou uma carta para o diretor lá da Faculdade. Fui então para Concepción. Eu e os dois colegas. Eles conseguiram as vagas. E eu fiquei lá na Universidade de Concepción, em um alojamento da universidade. E, ainda por cima,

conseguiram uma vaga lá no “hogar” universitário, que era a residência estudantil. Fiquei lá em uma das “cabins”, Claro que tinha algum dinheiro, pois a minha mãe mandava.

C.C – Ficou o que? Um ano?

B.J. – Não, menos. Eu cheguei em fevereiro em Concepción. Fiquei no Chile até setembro. Mas foi ótimo.

C.C. – Mas fez curso de que?

B.J. – Aí eu fiz a maluquice de... Eu tinha, entre aspas, perdido um ano em Porto Alegre. E no Chile todos os cursos de economia têm um ano adicional. São cinco anos. Aí eu pensei: “Poxa, mas eu vou ficar muito atrasado.. Perdi um ano, vou perder mais um ano?” Aqueles cálculos, não é? Então eu resolvi fazer uma coisa maluca. Eu fiz o propedêutico, que era o curso das matérias básicas. Você estudava matemática, da teoria dos conjuntos até cálculo infinitesimal e várias outras matérias, sociologia e um monte de matérias, para depois entrar no curso propriamente dito de economia. . Para não perder tempo, eu fazia o propedêutico e, junto, o primeiro ano de Economia. Era uma insanidade. Eu fiquei um mês inteiro para estudar sozinho cálculo infinitesimal, porque eu nunca tinha estudado cálculo na vida. Então eu ficava das 6hs às 20hs todo dia estudando cálculo, no livro do Thomas. Ficava lendo feito louco aquele livro, fazendo exercícios, aquela coisa toda, para conseguir acompanhar o segundo ano deles, o primeiro do curso de Economia Paralelamente, eu fazia o propedêutico... Obviamente não me saí bem no segundo ano deles. Matemática começava com derivação parcial. Tirava notas como eu nunca tinha tirado na vida. Na primeira prova eu tirei três, saí deprimido daquele negócio, mas, realmente, não tinha jeito de você, em um mês, aprender o que os caras aprendiam em quase um ano. De toda maneira, eu me adaptei muito bem lá. Eu acho que a integração com o pessoal, os alunos, estudantes chilenos, foi tranquila. Uma vida de estudante muito agradável, porque em Concepción os estudantes tinham o que eles chamam cabins, que eram casas coletivas. Tinham quartos de dois, para os jovens ingressantes e aqueles que estavam nos últimos anos de estudo tinham quartos individuais no segundo andar. Cada cabina tinha uma enorme sala no meio e banheiro coletivo. Ótimo aquilo lá. Acho que 20 pessoas ficavam em cada cabina.. Ou um pouco mais. Então era muito agradável.

C.C. – Discussão política, tinha na época, ou não? América Latina estava em efervescência, não é?

B.J. – Totalmente. Olha, ali foi interessante. Essa experiência, para mim, foi realmente importante por duas razões. Primeiro, porque o Brasil, em geral, era muito provinciano. Porto Alegre, então, muito mais. O nosso mundo era o mundo brasileiro e era aquilo que nos tocava. A ida para o Chile me deu, vamos dizer assim, o primeiro contato efetivo não só com outro país, mas com um país que tinha – especialmente com a presença da Cepal, etc., – uma abertura maior com as questões latino-americanas. Então, para mim, foi ótimo esse descolamento da província. Além disso, quando eu fui, a gente estava sob regime militar;. Assim, a política era bem limitada. Tinha restrições bastante grandes para a atividade política. Lembra que era 1966 ainda. Embora houvesse ainda, naquele momento, atividade política, digamos, oficial, do ponto de vista de participação popular, era muito limitada. E lá no Chile, quando eu cheguei, não. Você tinha... Partido Comunista era legalizado. O primeiro contato político que eu tive lá foi com o pessoal do centro acadêmico da Faculdade de Economia, que era da JJCC, *Juventudes Comunistas de Chile*. Era ela que dominava o centro acadêmico de economia. O presidente do centro acadêmico era extremamente afável, muito gentil. Me convidou até para passar um fim de semana na casa dele. Ele era o único filho homem de uma família de 10 filhos, ou 12, não lembro bem. A família era enorme, com um monte de irmãs. A casa dele ficava em uma região um pouquinho distante da cidade de Concepción. Era em uma outra cidade, a uma ou duas horas de viagem de ônibus. Era em uma região que tinha sido muito afetada pelo terremoto que tinha havido no Chile um pouco antes. Mas foi ótimo. Tive um contato que não foi só universitário. Ia para festas, o Chile tem várias festas populares muito interessantes. E fora a própria JJCC, que reunia o pessoal do partido comunista, eu tive contato com o MIR. O MIR, o *Movimiento de Izquierda Revolucionária* estava começando naquele momento. Em 1966 o governo ainda era de Eduardo Frei. Então ainda era um governo democrático, da democracia cristã. Havia muita atividade política, mas o MIR estava se expandindo, especialmente nas pequenas empresas dali perto. Tinha também muita presença universitária. Estava avançando na universidade. Aquele líder do MIR, que depois faleceu, Enríquez, era uma liderança com uma retórica empolgante. Fazia aquelas reuniões enormes dentro da universidade. Especialmente na faculdade de medicina, que tinha um anfiteatro, com um pátio circular

grande. As pessoas enchiam aquilo lá. Eu não podia participar muito, porque era proibido, mas eu via acontecer aquela coisa.

C.C. – Era proibido pela condição da bolsa que tinha?

B.J. – Exato, porque eu era estrangeiro. Então, você não pode ter atividade política, propriamente dita. Mas obviamente você vê, você assiste e tal. Então para mim foi muito interessante. Primeiro porque você tinha esse ambiente politicamente mais, digamos assim, disputado. Depois porque a questão América Latina apareceu. Problemas latino-americanos entraram no horizonte. Além disso, naquele momento, a América Latina entrou também por outras dimensões. Uma das coisas que me impressionou muito e acho que afetou bastante as minhas decisões acadêmicas, foi que enquanto estava lá, houve um evento na Bolívia que me afetou muito. Estimulou a minha mudança de percepção sobre as coisas. Porque as pessoas com quem... Lembra daqueles economistas que eu tinha conhecido e tinham me aconselhado a ir para o Chile? Dois deles estavam na Bolívia, na assessoria das Nações Unidas. Em geral os governos latino-americanos pediam assessoria das Nações Unidas e solicitavam planos de desenvolvimento. Os meus conhecidos, Arthur Candal e Arnaldo Veras estavam fazendo isso na Bolívia. Aí houve um incidente, que acabou levando a equipe da Cepal a ser expulsa da Bolívia pelo General Barrientos. Com isso eles dois, foram embora, voltaram para o Brasil. Houve uma confusão por lá, com vazamento de informações. Recebi as notícias, cartas, e coisas assim. Isso acabou me convencendo de algo que, aos poucos, ia me dando conta pelo que lia. Porque eu consumia uma literatura sobre desenvolvimento, principalmente vinda de São Paulo. Na época, a sociologia política em São Paulo era muito forte, porque os assistentes do Florestan trabalhavam mais nessa área. Eu ficava lendo aquela literatura que se produzia aqui em São Paulo. E, aos poucos, comecei a me dar conta de que macroeconomia e política econômica eram resultantes de pactos de Estado e isso era política. Os eventos da Bolívia pareciam confirmar isso. Ademais, eu não conseguia ter muito acesso à economia lá no Chile, porque eu estava fazendo aqueles cursos do propedêutico e tinha que freqüentar aquelas disciplinas auxiliares, de que eu realmente não gostava. Administração, por exemplo. Aliás, eu gosto de administração, mas não gosto de teoria da administração, que acho extraordinariamente chata. E outros cursos, como de contabilidade, que eu não gostava. Hoje eu sei que é importante, mas do jeito como se ensinava... Então, isso tudo acentuou o mal-estar com o que eu estava fazendo. E como eu ficava acompanhando muito a literatura sociológica

que se produzia no Brasil, acabei me entusiasmando de ir para São Paulo. Os dois amigos que foram junto não tinham mesmo muita conexão acadêmica com a Economia e vieram junto comigo. Um deles, Nelson Merlin, veio também para São Paulo, mas para o curso de Filosofia.

C.C. – Em setembro de 1966 vocês saíram do Chile.

B.J. – Setembro de 1966.

C.C. – Aí foi direto para São Paulo?

B.J. – Não. Para Porto Alegre, porque, enfim, minha casa, minha mãe, minha irmã e minha tia estavam lá. Eu tinha uma família ali, não é? Não tinha nem como ficar em São Paulo. Não conhecia nada de São Paulo. Fui para Porto Alegre .. mas já com a idéia de fazer vestibular para a USP, para ciências sociais. Fiquei lá, sei lá, de outubro a... novembro, dezembro, estudando para o vestibular. Estudando coisas que eu nunca tinha estudado na vida, pois naquela época as provas eram dissertativas. Então você tinha que dar conta dos mais variados temas. Podia-se pedir “fale sobre a reforma na Inglaterra de Henrique VIII.” Você tem que dissertar sobre isso. Eu comecei a estudar para a prova de história contando com a ajuda até de amigos, que tomavam as matérias. Eu acabei vindo para São Paulo.. Passei no vestibular e aí vim para São Paulo. Essa foi um pouquinho a história. Mas sociologia é algo que já me... Eu já tinha curiosidade por isso, bem anterior ao Chile. A primeira vez que eu passei os olhos em algo sobre sociologia foi em uma enciclopédia Delta Larousse, que havia no Anchieta. Lá há um artigo do Antonio Cândido sobre *A sociologia no Brasil*, que dava uma idéia da coisa. E há um outro artigo, que era terrivelmente difícil de ler, para um menino de 15 anos, sobre o conceito de sociologia, as divisões, do Florestan Fernandes. Demorei anos para entender o texto. [riso] Mas, enfim, já tinha contato antes de ir para o Chile... Digamos, quando eu estava, sei lá, no terceiro colegial, primeiro ano de economia, já lia sociologia. Então não era uma coisa totalmente nova... Não foi uma decisão que veio do espaço.

C.C. – E você se manteve como lá? Você não tinha família.

B.J. – Aqui em São Paulo? Não, eu me mantive da seguinte maneira: um pouco... Eu consegui emprestado um apartamento pequeno, de um senhor que era irmão de uma amiga da minha mãe.. Ele emprestou o apartamento e eu fazia trabalhos eventuais. Então ganhava algum dinheiro para me sustentar. Minha mãe mandava um pouco de dinheiro, ela não tinha muito

também. Então eu fiquei ao longo do tempo, aqui em São Paulo, com um pouco de auxílio familiar, mas principalmente fazendo trabalhos, vamos dizer assim, ocasionais. Para se construir o metrô em São Paulo, se fez aquelas pesquisas de origem e destino com os que iam utilizar o transporte. Você vai à casa sorteada, entrevista, ganha dinheiro, acumula um pouco de dinheiro, depois gasta. Então eu sempre fui trabalhando, fazendo bicos e estudando. Mas, eu conseguia estudar bastante, apesar da época ser bem agitada. Porque eu passei em 1967, 1968.

C.C. – Você entrou na Maria Antônia, ainda.

B.J. – Maria Antônia.

C.C. – Terminou já na cidade universitária?

B.J. – Terminei na cidade universitária. Porque eu estava lá inclusive no momento do ataque a Maria Antônia. Estava presente.

C.C. – Fala um pouco do curso de ciências sociais. Você começou em 1967. Ainda estavam os professores que foram cassados.

B.J. – O curso de ciências sociais era um curso muito diversificado, do ponto de vista intelectual. Muito mesmo. Eu tive ótimos professores. Não todos, mas alguns deles muito bons. O curso, naquele momento, era um curso anual. Claro que, dependendo da situação de cada cadeira... Naquela época eram cadeiras, de Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Dependendo da situação da cadeira, às vezes você tinha variação de professor, mas eu tive... No primeiro ano eu tive um curso de Sociologia com o Luís Pereira, que era muito difícil, bastante difícil. Porque ele seguia muito a orientação e a tradição, na verdade, do Florestan. E o Florestan era um homem que tinha uma formação acadêmica amplíssima e, especialmente, e ele e os assistentes eram muito atualizados com a literatura. . Nós estudávamos primeiro um livro que acho que já deve ter até sumido da praça, porque ninguém mais lê essas coisas. Nós liamos uma coletânea organizada pelo Octavio Ianni e o Fernando Henrique Cardoso, que tinha os textos básicos do curso. Chama-se *O Homem e a Sociedade*. Esse curso tinha sido formulado pelo Florestan, que era o titular. Não. Mais do que titular, ele era o catedrático. Então o programa quem fazia era o Florestan. Os outros eram assistentes dele. Quem dava o curso de início era o Fernando Henrique. Depois, o Luís Pereira. Então o Luís Pereira seguiu

na mesma linha. No primeiro semestre a gente estudava *O Homem e a Sociedade*. Você lia inteiro aquilo e mais outras coisas. Então você lia à beça. Era muito difícil, porque, para quem não sabe, Florestan ... seguiu um pouco o Mannheim. Dividia a sociologia em várias disciplinas segundo o nível de abstração com que captava o fenômeno social. Mannheim fazia a distinção entre a sociologia sistemática, que apanhava os fenômenos sociais na sua generalidade, independentes do tempo e do espaço, e a sociologia diferencial, histórica, que os estudava dentro do tempo e do espaço. O Florestan ainda acrescentou mais umas quatro divisões. Mas nós tínhamos, no primeiro semestre, sociologia sistemática dos fenômenos simples e no segundo semestre dos fenômenos sociais complexos. [riso] Então na primeira parte estudava-se toda aquela coisa -- ação, relação, norma, valor etc. -- todos aqueles conceitos dentro de uma perspectiva que era, vamos dizer assim, criticamente parsoniana e no segundo semestre se estudava divisão social do trabalho, burocratização, classes, estamentos, castas.

C.C. – Era um curso mais teórico, ou discutia-se realidade brasileira?

B.J. – Não, totalmente... Era teórico. E era complicado. Você imagina, o Luís naquele momento colocava no curso questões teóricas que ele achava relevantes e que passavam pela leitura dele. Então, por exemplo, a gente estudava aqueles esquemas de ação do Parsons, ação, situação, etc. Mas ele também dizia: “Olha, a relação entre os atores pode ser pensada de outra forma.” Aí introduzia o Sartre da *Questão do Método*, que tinha sido traduzida há pouco para o português. Então, era um curso realmente, pesado.

C.C. – Pergunto porque 1967-1968 tem uma agitação política enorme, não é?

B.J. – Enorme.

C.C. – Discussão também, questão agrária, capitalismo, desenvolvimento.

B.J. – Nada. Não. Aí a coisa que a academia... Então se estudava e eu estudei também em um curso bom de antropologia.

C.C. – Quem dava?

B.J. – Antropologia teve vários professores. Começou com a Gioconda Mussolini, depois saiu a Gioconda, aí eles dividiram o curso entre vários. O João Batista Borges Pereira, um pouquinho, mas não muito... depois o Antonio Augusto Arantes. Era um conjunto de

professores. Isso em Antropologia, também era uma... Mas a gente estudava seleção natural, raciação, tudo isso aí, além de antropologia cultural. Naquele momento, naquela época, antropologia física ainda era uma coisa que se dava no curso de Ciências Sociais e hoje em dia já não se dá mais. E na Ciência Política a gente estudava muito teoria política. Estudei bastante Weber também. Aí Maquiavel, Rousseau, tudo isso aí a gente estudava no primeiro ano. Era a Célia Quirino a responsável pelo curso de política. Estudei bastante, embora não o suficiente. Fiquei para exame. Mas porque eu me concentrava muito na Sociologia e fazia política também. Eu era secretário de cultura do CEUPES, o centro acadêmico de Ciências Sociais. Várias vezes fui secretário de cultura. Não sei por que sempre me davam isso. E eu pegava a secretaria de cultura, montava aqueles seminários, aquelas coisas todas. Participava dos processos de reforma do curso de ciências sociais. Houve também discussões sobre a reforma do curso, o curso se transformou em semestral. No segundo ano continuou havendo ainda os cursos anuais. Eu tenho a impressão que já tinha... Não me lembro se no segundo ano já tinham transformado em semestrais. Eu sei que mudou muito no segundo ano, em 1968. Não só por causa da agitação política que a gente viveu. Embora eu tenha sempre estudado, a gente viveu uma situação de mobilização quase que permanente. “N” passeatas... Embora eu ache que o epicentro de 1968 tenha sido o Rio, aqui em São Paulo também você tinha mobilizações. Eu acho que o núcleo mesmo de mobilização, de agitação, era no Rio, não é? Eu tenho a impressão que a escala era menor aqui em São Paulo. Embora todo tempo tivesse fazendo passeatas, protestos, esse tipo de coisa. Bom, enfim, 1968 foi complicado também porque houve uma disputa no início do ano sobre vagas na universidade. Houve uma crise em função dos chamados excedentes. Isso mudou o curso de ciências sociais. Porque veja, quando eu entrei, eram 30, 35 alunos por período. Eu entrei, mais 35 colegas no diurno. E no noturno a mesma coisa. Com a crise dos excedentes, passou a se admitir 150 alunos. Então Luís Pereira desistiu de dar o curso, porque não dava mais para manter o padrão anterior. Imagina.

C.C. – Ele dava introdução à sociologia?

B.J. – Ele dava. Esse curso que eu te falei. Mas o curso era um curso muito difícil. Só para você ter uma idéia, o número de matriculados no primeiro ano... Eu me lembro porque eu fiquei chocado, quando vi a lista. Éramos mais de 150 matriculados. Quando se foi fazer a primeira prova, tinham sobrado quase 60 para fazer a prova. E entraram para exame, eu tenho a impressão, não sei se 15, ou 16. Passaram 12. Então era um curso muito exigente. A gente se

matava para conseguir passar. Estudava pra burro, mesmo com aquela agitação toda. O Luís Pereira dava aquelas aulas muito esquematizadas e tal, mas ele não dava...colher de chá. Vamos dizer assim, hoje, a gente tem um ambiente muito mais paternal. Muito mais paternalista. Aquilo lá era uma competição e um nível de exigência que não tinha perdão, sabe? Era uma coisa que... Tanto é que ficava com aquele monte de gente que não passava. Porque se você não estudasse, não passava mesmo. Não tinha o que fazer. Então ia acumulando, por isso que tinha 150 matriculados. Você imagina agora os excedentes entrando lá, aquele monte de gente, quase 150 alunos. Duplicou o número de alunos. O curso se desorganizou, tiveram que mudar completamente o primeiro ano. E mais ou menos, no meio do ano, nós fomos para a Cidade Universitária... Não me lembro exatamente quando foi a disputa lá com o Mackenzie, mas ela destruiu basicamente o prédio. O prédio da Maria Antônia ficou todo arrebitado. Nós fomos, então, para a Cidade Universitária. Terminamos o curso na cidade universitária. Lá fiz o terceiro e quarto ano...

C.C. – Em 1968 teve o AI-5, não é?

B.J. – Hein?

C.C. – Final de 1968 teve o AI-5.

B.J. – Ah, bom, sim.

C.C. – Aí saíram os professores.

B.J. – Sim. Aí sim, veja. Nós começamos 1969 com os professores ainda a postos. O Fernando Henrique tinha voltado, acho eu, em 1968, do Chile. Concorreu para titulação de Ciência Política, contra a professora Paula Beiguelman, que era regente naquela época. Ganhou e isso acho que já foi na Cidade Universitária. No final de 1968 teve o AI-5 e eles foram cassados. Não me lembro bem, mas deve ter sido em março, por aí. Aposentados.

C.C. – Em 1969.

B.J. – Acho que em 1969. O curso tinha dois anos de obrigatórias e dois anos de optativas, como até hoje. E eu me tinha inscrito no curso optativo do Fernando Henrique, só que eu estava fazendo trabalho de campo. Aqueles meus trabalhos, vamos dizer assim, meus bicos. Eu estava

trabalhando, fazendo uma pesquisa sobre populações marginais no interior de São Paulo e eu coordenava lá uma equipe.

C.C. – Era o Luís Pereira que fazia a pesquisa?

B.J. – Não, isso aí era uma coisa separada. Era uma pesquisa que o governo do estado fazia e para isso contratou vários sociólogos. Desde o ano anterior, 1968, eu trabalhava nessa pesquisa. Eles dividiram São Paulo em sete, oito regiões, e estudava populações marginais. Basicamente pessoas pobres, migrantes. Quem fazia a pesquisa era uma Fundação dirigida pela esposa do Abreu Sodré. Eles contrataram sociólogos e, por alguma conexão -- eu não me lembro bem qual -- eu acabei trabalhando lá, dirigindo lá uma equipe de campo, de coleta de material. A gente foi para o Vale da Ribeira, que é uma região muito pobre aqui do sul de São Paulo. Terminou a pesquisa de campo e trabalhei um pouco na análise e aí... eu sei que, por conta da pesquisa, acabei não frequentando o início, duas primeiras aulas do curso do Fernando Henrique e acabei nem assistindo o curso, porque quando eu cheguei ele tinha sido aposentado. Foi ele, o Florestan Fernandes, o Otavio Ianni e a Paula Beiguelman. Então isso foi um... Esse foi um baque violentíssimo. Porque eram os sêniores do departamento. Ficou só o pessoal de antropologia, que não foi tocado. . Mas a área de sociologia foi brutalmente afetada. Muito afetada. Aquele ano lá de 1969 foi um ano de ajuste, foi muito complicado. Basicamente, eu acho que esses dois últimos anos de curso acadêmico foram difíceis. Embora eu continuasse estudando sempre, porque eu gostava, mas estudava sem aquele impulso e aquele ânimo inicial, porque as aposentadorias acabaram... Porque não foram só as aposentadorias. Alguns professores jovens saíram do Brasil também. Porque tinham contato com grupos de esquerda e, portanto, eram obrigados a... Foram, alguns deles, presos, soltos, mas no fundo, obrigados a sair do Brasil, porque estavam com a vida um pouco em risco depois do AI-5. Então, muitos deles foram para o Chile. Muitos deles. Então, além dos aposentados, vários professores jovens tiveram que sair do Brasil. Eu tenho a impressão que com os aposentados, saíram uns oito professores do conjunto. Acho que a Carmute saiu.

C.C. – Carmute era...

B.J. – Maria do Carmo Campelo de Souza que você... A Lourdes, a Lourdes Sola saiu. O Rui Fausto, que era da filosofia, saiu. O Eduardo Kugelmas, que tinha sido meu professor de ciência política no segundo ano, também saiu. O Claudio Vouga, que não tinha sido meu professor,

mas era da mesma turma, também saiu. Então a gente teve várias dessas...perdas. A gente costuma só falar dos mais proeminentes, mas o efeito do AI-5 e da repressão política foi bem maior do que isso. O ambiente ficou muito pesado, sabe?

C.C. – Maior controle sobre qualquer atividade política, fica muito maior, não é?

B.J. – Ah, sim, acabou a atividade de centro acadêmico, praticamente, não é? Mas claro que o curso de Ciências Sociais continuou sendo dado. A gente estudava, eu fiz ótimos cursos nesses terceiro e quarto anos, mas enfim, o ânimo certamente diminuiu. Mas eu terminei, consegui terminar, fazendo aquelas “n” disciplinas no final. Em 1970 acabou e aí eu comecei a pós-graduação.

C.C. – A pós-graduação você emendou já, em 1971 você começa?

B.J. – Eu comecei em 1971.

C.C. – O Luís Pereira vai ser...

B.J. – Meu orientador. Eu fiz uns cursos lá nos barracos¹, não me lembro exatamente se no terceiro ou no quarto ano que me levaram a estudar questões ligadas à agricultura. Um sobre questões rurais, agrárias, pequenos proprietários etc., com a Maria Isaura Pereira de Queiroz. Ela tinha um centrinho chamado Ceru² e lá a gente fazia pesquisa empírica. Ia para o campo, no caso, lá no outro vale, no Vale do Paraíba, um pouco mais rico, fazia entrevistas com famílias, aquela coisa. E eu estudei também, também fiz um outro curso, acho que com o José Carlos Pereira, sobre desenvolvimento. E resolvi fazer no final do curso um trabalho sobre desenvolvimento agrário. Estudei a reforma agrária, transformação capitalista do campo, esse tipo de coisa. Aí me interessei, não sei exatamente quando me apareceu a idéia, me interessei pelo surgimento, naquele momento, do que a gente chamava de bóias-frias. Então era um trabalho volante, temporário, no campo. Eu resolvi que queria fazer a pesquisa sobre isso. Aí comecei a estudar o assunto, fui lá no Instituto de Economia Agrícola, estudei um pouco o que havia de documentos, aquela coisa toda. Como eu tinha me saído muito bem no primeiro ano, então o Luís Pereira me conhecia, e me conhecia também da pesquisa das populações marginais pois ele acabou dando consultoria lá. Mas não tinha nada uma coisa com outra. E tinha

¹ Prédios provisórios para onde foi transferido o curso de Ciências Sociais.

² Centro de Estudos Rurais e Urbanos

encontrado com ele também em um curso optativo, que eu tinha feito com ele. Mas um curso, assim, em que a gente tinha pouquíssimo contato, pois ele lia as aulas. Ele escrevia e lia. Então eu tinha pouco contato com ele. Mas acabei perguntando para ele se me orientaria. Naquela época, você não tinha concurso para a pós-graduação. Então ele: “Ok, pode vir.” Aí ele disse: “O que você quer fazer? Você tem que fazer um projeto assim, assado.” Quatro itens, e eu fui para casa e fiz. Ele foi lá, olhou. “Ok, só tem que mexer aqui e tal.” Arrumei, a segunda versão estava pronta, aí mandei para a Fapesp. Consegui bolsa na FAPESP. Naquela época era uma maravilha, porque a gente não tinha o sistema de bolsas que hoje se tem Capes, CNPq e tudo mais. Porque a Fapesp era...a única possibilidade, acho.

C.C. – Mas o tema já era o capitalismo na lavoura cafeeira?

B.J. – Não. O tema era bóias-frias. O trabalho volante na agricultura paulista, é o meu projeto de mestrado. Dois estudos de caso. Eu escolhi Jaú, pois me disseram que Jaú era um ótimo lugar para estudar isso. Eu fui para Jaú, que é uma cidade aqui do oeste paulista, bem... Não é longe daqui. Duas horas e pouco. Fui para lá e comecei a fazer pesquisa de campo, a fazer histórias de vida com volantes, com bóias-frias. E fui desenvolvendo isso aí. A Fapesp tem a vantagem, que você tem relatórios que são avaliados, então você vai fazendo, praticamente o teu trabalho vai se constituindo com aquilo. E eu acabei...

C.C. – Só um minutinho, que vai trocar a fica.

[FINAL DO ARQUIVO 01]

B.J. – Então, esse tema surgiu da leitura.

C.C. – Tem um pouco de acaso de pesquisa, mas tinha leituras também. Tinha discutido, não é? Questão agrária, desenvolvimento, o avanço do capitalismo.

B.J. – O tempo inteiro. Caio Prado Júnior, a gente lia muito.

C.C. – Como era o Antônio Cândido sociólogo, *Parceiros do Rio Bonito* era uma referência, ou não?

B.J. – Não muito, embora eu tenha lido depois. Porque o Antônio Cândido fez um trabalho lindíssimo, na verdade, mas vamos dizer que ele não estava enquadrado naquelas discussões

político-intelectuais, que moviam a questão. Quer dizer, depois de você ler com cuidado e sair um pouco daqueles esquemões com que trabalhava. Aí você vê o valor do trabalho que ele fez. Mas, naquele momento, as discussões eram capitalismo ou não capitalismo no campo, o feudalismo, aquelas teses do Partidão ... e a dissidência, representada pelo Caio Prado. Então você estava meio que, digamos, polarizado por aquela discussão. Isso, de um lado. De outro, existia outra discussão mais ampla no interior do marxismo. Acho que é bom lembrar que toda a minha graduação, de 1967 a 1970, foi muito marcada pelo avanço do marxismo enquanto teoria nas ciências sociais. Isso, de fato, ocorreu no plano internacional e aqui no Brasil nós absorvermos também. A cadeira de Sociologia I, que era gerida pelo Florestan, era um ambiente em que o peso do marxismo estava em disputa..... O Florestan trabalhou duas vezes com método funcionalista, no mestrado e doutorado. E na Livre Docência, ele escreveu sobre o próprio método funcionalista. Foi um trabalho teórico sobre isso. O Florestan era uma figura muito marcante academicamente. Ele era um líder intelectual, não era só um catedrático como outro qualquer. Ele tinha um grupo, que ele havia selecionado e era muito bom. Ocorre que ele tinha uma concepção de sociologia que tornava o marxismo uma ciência social que ocupava uma área de destaque no interior do que ele entendia como sociologia. Para ele, o marxismo tinha produzido a solução teórica para se fazer sociologia diferencial, histórica, uma das formas de fazer sociologia, tal como ele a entendia.. Durkheim estaria na raiz da sociologia comparada, e Weber na base da sociologia sistemática, etc. Então o Florestan, embora com aquela formação acadêmica extraordinária, tinha tornado o marxismo uma modalidade de sociologia, um tipo de sociologia. Mas era um tipo de sociologia que equivalia -- não tinha um valor maior que outros, a não ser para aquele tipo de trabalho, o de estudar a sociedade como história. Se você fizesse outro tipo de trabalho, você tinha que recorrer a Durkheim, por exemplo. Então era uma coisa mais... Ocorre que o processo de afirmação dos assistentes em relação ao catedrático -- no caso o Florestan -- surgiu no plano acadêmico e assumiu a forma de uma afirmação do marxismo no interior da sociologia, de afirmação da superioridade do marxismo. Então, se você examinar, por exemplo, os trabalhos do Octavio Ianni e do Fernando Henrique, que eram os principais assistentes, você percebe isso aí. Se você lê a introdução que o Fernando Henrique fez a *Escravidão e Capitalismo no Brasil Meridional* -- que é o doutorado dele --, você vê que o marxismo ganhou, naquele universo, mais proeminência. Proeminência em relação aos outros métodos. Então, embora nós mantivéssemos toda a formação acadêmica, estudássemos todos os livros, todos os clássicos e pós-clássicos etc., o marxismo tinha mais

relevância, ganhava mais relevância. Embora no plano do estudo propriamente dito, nas disciplinas, isso não aparecesse, aparecia nos seminários, nas publicações, entre os próprios alunos. Eu mesmo ficava “enlouquecido” por isso... pensava que se até o final do curso eu não lesse *O capital*, eu me sentiria uma espécie de meio intelectual.

C.C. – Mas aí já vinha uma geração mais nova de teóricos, Althusser, Poulantzas e tal.

B.J. – Bom, o Althusser chegou para nós...depois. Isso tudo era Marx, mas um Marx meio lido pelo Sartre. Aí, mais ou menos no meio do período da minha graduação... em 1968, por aí, começou o impacto do Althusser.]

C.C. – Estruturalismo também entra.

B.J. – Não, entra tudo. A Zahar publicou o... Acho que é o...

C.C. – *Ler o capital?*

B.J. – Não. *Pour Marx* veio antes. É aquele conjunto de artigos de Althusser publicado aqui como *Análise Crítica da Teoria Marxista*. Aquilo teve um impacto grande. Só que aí teve uma reação interna. O Gianotti, por exemplo, escreveu na *Teoria e Prática* -- revista que tinha na Faculdade e que o pessoal mais intelectualizado lia -- um artigo chamado *Contra Althusser*. Então isso aí, esse debate em torno do marxismo, foi muito importante para mim.

Então, para mim, quando eu vou para o mestrado, na cabeça está o que? O capitalismo que estava se expandindo no campo e aí todas essas discussões iam aparecer. No fundo, eu ia pegar a ponta de lança do capitalismo ao estudar o trabalho temporário no campo. Eu comecei a fazer isso lá, mas no meio houve vários problemas. Primeiro, acho que o trabalho estava indo bem, mas... Aí houve uma conjunção de várias coisas. Eu fiquei doente. Fiquei muito doente uma certa época. Eu tinha, mais ou menos, 29 anos. Fiquei no hospital. E já tinha entrado como professor na faculdade. Aliás, eu vou te contar depois, porque...

Então, comecei o mestrado em 1971, trabalhando com bolsa FAPESP. Fiz a pesquisa e, ao longo das entrevistas, das histórias de vida, eu fiquei muito inquieto intelectualmente com o relato que os bóias-frias me faziam da suas vidas... Não das vidas que tinham na época, que eram mais ou menos simples, mas das vida anteriores que tiveram. Da juventude deles, de como começaram a trabalhar em fazendas etc. Eles contavam a vida que eles tinham nas

antigas lavouras de café em São Paulo, em que o sistema de exploração do trabalho era completamente diferente, em que moravam na fazenda, enfim. E a complexidade do que eles me contavam começou a me deixar realmente inquieto intelectualmente.

Continuei a pesquisa até que apareceram duas vagas de auxiliar de ensino no departamento e me convidaram. Naquela época, você não tinha seleção, nem uma seleção informal. Os titulares, os que comandavam o departamento de ciências sociais conversavam entre si – eles conheciam todo mundo, porque era coisa pequena --, selecionavam alguém e convidavam. Tinha uma vaga em antropologia e uma vaga em sociologia. A Eunice Durham queria que fosse para a Antropologia. Queria que eu fosse para antropologia econômica, mas porque o professor responsável por antropologia econômica estava se aposentando. Mas eu acabei preferindo ir para a Sociologia. Eu já estava fazendo pós na área e o Luís Pereira queria que eu fosse. Então, como tinha conexão com o Luís, acabei...

C.C. – 74.

B.J. – 74.

C.C. – Você tinha começado a aula na Escola de Sociologia e Política um ano antes?

B.J. – Foi. Isso, isso. Eu trabalhei lá porque demorou... Não. Veja, eu fui convidado em 1973. Demorou mais de um ano para sair o contrato. Quase fui para a Unicamp. Enfim, fui para a Sociologia e Política e quase fui para a Unicamp. Eu tentei ir para a Unicamp porque não saiu o tal relatório sobre minhas atividades políticas. O relatório ficou parado lá do SNI. Porque toda contratação passava pelo SNI. Isso aí informalmente, porque formalmente não passava.

C.C. – Não entendi. Você não foi para a Unicamp por causa disso?

B.J. – Não, deixa eu te contar.

C.C. – Você estava começando, não é?

B.J. – É. Eu estava na pós-graduação, fazendo aqueles cursos de pós-graduação, eu era duríssimo também. Era uma coisa... Aquela dureza toda. Estudava, tinha casado também.

C.C. – Você casou em que ano?

B.J. – Casei em 1969. Já estava casado.

C.C. – Ana Maria, não é?

B.J. – Ana Maria, como você tem os dados. [riso] Nós casamos em 1969.

C.C. – Você a conheceu onde?

B.J. – Ela era aluna de ciências sociais, ela fazia antropologia. Então ela terminou, terminou também em 1970 e começou a fazer pós-graduação em 1971 também. Só que ela fazia Antropologia e eu Sociologia. E ela estudava antropologia indígena. Bom, aí nós, vamos dizer assim... Acho que em 1973 eu fui convidado para ir para a sociologia, encaminharam o contrato, mas demorava para sair e eu, nossa, em uma situação já complicada, porque em 1971 tinha nascido o meu primeiro filho. Então nós -- com bolsa da Fapesp e tal, a Ana dava aulas também -- a gente tinha aquelas dificuldades normais de casal recém-casado com bebê. Em 1973 nasceu o segundo filho. então a situação estava periclitante, não é? [riso] Periclitante. . Então eu comecei a dar aulas lá na Sociologia e Política. Trabalhava lá. Dava aulas na Sociologia e Política, sobre Métodos e Técnicas de pesquisa, enquanto não saía o contrato da USP. Eu estava, de fato, já achando que não ia sair o contrato da USP. Aí, finalmente, eu fui à Unicamp tentar conhecer. Era um ambiente menor, não é? Eu fui para a Unicamp tentar... “Olha, pessoal, eu preciso...” Naquela época não tinha concurso. “Olha, tem alguma vaga?” [riso] Eu precisando de um emprego, então pensei em ir para a Unicamp. Mas quando eu volto da Unicamp, eu já estava com os dois filhos, em uma casa lá na Vila Madalena, aparece um telefonema, que eu atendi, me convocando para comparecer lá na sede do Serviço Nacional de Informações. Você imagina, assim, do alto, do nada, surgiu esse convite. Claro, fiquei nervosíssimo e tal. Dia seguinte fui lá na Martins Fontes, acho.. Lá no centro da cidade. Fui entrevistado. Fiquei lá uma hora e pouco.

C.C. – E perguntavam o que? O que eles queriam?

B.J. – Eles tinham informações , mas eu não sabia que informação eles tinham.

C.C. – Era o discurso de formatura, nessa hora?

B.J. – É. Apareceu aí. Apareceu sem querer. Não o discurso, mas uma bobagem maior ainda, ainda menos importante.. Mas eu não sabia o que eles tinham, porque você imagina que

naqueles anos --, 1967, 1968 -- a gente fazia de tudo. Ia a manifestações, porque eram manifestações estudantis, mas tinha aquela história da aliança operária e camponesa, estudantil-operário-camponesa., Então, você ia lá, fazia manifestações em apoio aos operários do ABC. , Você se deslocava para lá. Aparecia tua foto em jornal, na primeira página. Imagina eu, se aparecesse. Não sabia o que eles tinham. Na verdade, isso não significava nada, no fundo. Mas, no regime ditatorial, fazer parte de uma passeata estudantil, operária e camponesa era um sinal de subversão. Você estava frito. Eu não sabia o que ele tinha, a gente ficou conversando. Muito simpático, muito educado etc. Mas a única coisa que ele, de fato, tinha, era um manifesto contra o regime militar, um abaixo-assinado contra o regime militar. Lá eu tinha, sei lá, 17 anos. Aí foi tranquilo, não é? “Olha, capitão, isso aí...” --- aí eu quase encarnei a minha mãe naquela época -- “foram arroubos da juventude.” Arroubos da juventude, era a expressão que minha mãe usava. Eu usei o termo. Então ficou tranquilo. Ele só tinha aquilo. Ele sabia que era uma coisa sem importância. Mas estávamos em plena ditadura militar e qualquer coisa era subversão. Ele deu OK e saiu, então, o meu contrato na USP. Fui trabalhar com o Gabriel Cohn . Isso já em 1974.

C.C. – E a pós-graduação continuava?

B.J. – Continuava. Não, aí nesse momento... Aí, veja, eu tenho que pesquisar bem as datas, porque eu não lembro. Acontece que, no ano seguinte, eu tenho a impressão, acho que 1975, eu já tinha me entusiasmado por aquele trabalho sobre o sistema de trabalho nas antigas fazendas de café... Eu tinha coletado um material que tinha me deixado muito inquieto. Além disso, eu tive um problema com a pesquisa sobre bóias-frias. Lembra que eu ia fazer dois estudos de caso? Ia pegar duas fazendas e estudar como é que a coisa funcionava. Eu tinha tido uma promessa de que teria os dados das fazendas, mas os fazendeiros acabaram... Eu tinha entendido que eles tinham me oferecido isso, que tinham concordado, mas na hora H, depois de eu conseguir uma bolsa da Fapesp só para isso, ou uma prorrogação da bolsa, eles acabaram não me dando o acesso aos dados. Eu fiquei sem material. Aí eu fiquei... Bom, não tinha o que fazer. Eu acho que eu devolvi, ou não aceitei a bolsa, alguma coisa assim. Eu fiquei sem material para fazer o trabalho. Aí eu disse: “Olha, Luís, daria para fazer tal coisa? Olha, veja o que você faz.” Discuti com ele, fiz um primeiro capítulo sobre o processo de formação de cafezais... Um texto sobre o que eu tinha pesquisado sobre o colonato. Ele gostou e disse que daria para fazer. Só que ano seguinte, acho eu, tinha 29 anos, portanto devia ser 1976, eu acho,

não me lembro exatamente. Acho que foi 1976. Eu fiquei doente e isso desorganizou muito a minha vida. Eu tive duas doenças combinadas, fiquei três meses internado em hospital. Tive que parar de dar aula, enfim. Depois fiquei me tratando durante muito tempo. Então, isso diminuiu muito minhas atividades. Mas eu continuei fazendo pesquisa, porque tinha mudado de assunto. Eu não lembro bem, eu teria que refazer os... . Eu fiquei com um problema, porque a doença me desorganizou muito a vida e eu estava com dois filhos. Eu não tinha muito como me aguentar. Eu tinha que fazer o mestrado mas o Luís achou que eu podia ir para o doutorado direto se continuasse com aquele texto que eu tinha apresentado para ele, se mantivesse a qualidade. Aí eu fiquei entusiasmado. O Luís Pereira era uma pessoa absolutamente exigente. Então quando ele disse que daria para fazer, eu achei... “Vou fazer então.” Porque não tinha...

C.C. – Passou direto para o doutorado.

B.J. – Passei direto para o doutorado. Apesar de doente, eu continuei fazendo a pesquisa. Eu consegui terminar em 1979 a pesquisa do doutorado. Eu não lembro bem as datas. Para te reconstituir isso, eu teria que dar uma lida...

C.C. – Em 1979 você defendeu a tese?

B.J. – Não, eu defendi a tese no comecinho de 1980. Eu entreguei em 1979. Em maio, eu acho, de 1980 que eu defendi, mas eu entreguei em dezembro de 1979.

C.C. – Saiu o livro pouco depois, não é?

B.J. – É, o livro saiu em 1982 . Esse texto resume muito a... Ele, no fundo, resulta um pouco da minha reação e interpretação do debate que havia sobre o marxismo e a questão agrária, aquelas discussões... Porque, claro, é uma tese em que o foco é o marxismo, teoricamente. Só que do jeito como eu acho, até hoje, que ele deve orientar a pesquisa dos cientistas sociais. Se você for mais sensível à história, tendo uma referência empírica forte, você tem que ajustar a teoria às possibilidades do mundo histórico, que está acontecendo. Então, ali eu juntei duas coisas: a discussão da questão do capitalismo, pré-capitalismo e feudalismo, pseudo-feudalismo, de um lado, e, de outro lado, a questão do tipo de marxismo, estruturalista ou não, que eram os grandes pólos. Nesse texto eu meio que tentei chegar a uma resultante em um trabalho de reconstrução histórica. O que era difícil, porque você tinha que respeitar o fenômeno, o ritmo do fenômeno e captar isso com uma teoria que é muito pouco trabalhada ...

A tradição marxista é uma tradição que não tem muitos exemplos de trabalhos empíricos que sejam inovadores. Ela tende a ser muito repetitiva, repetir o que está dito n' *O capital*, o que está dito no *18 Brumário*, o que está dito em algum lugar. Então a gente, que tenta trabalhar com a teoria, digamos, dando substância à análise, respeitando ou fazendo da teoria um meio de pensar uma história ocorrida ou em curso ...Isso é muito difícil de fazer. Então, para mim, foi um trabalho bastante intenso. Acabei fazendo. Sempre tendo umas soluções intermediárias, porque embora... Bom, não vou falar agora da tese, mas de todo jeito, é um trabalho de que eu me orgulho até hoje de ter feito. Ele me fez inovar porque havia uma tensão muito forte entre o material empírico e a teoria. O trabalho me obrigou a ficar lá no Arquivo do Estado anos a fio lendo tudo que dava para ler sobre a cafeicultura, tentando dar conta desse material com uma teoria que, vamos dizer assim, tem que ser pensada de forma bem flexível para que ela possa te ajudar. Se não, ela atrapalha. Se você é muito rígido, muito dogmático em relação à teoria, eu acho que ela mais atrapalha do que ajuda.

C.C. – Você continuava dando aula, ou teve algum...

B.J. – Continuei. Não, eu só parei um semestre. O pessoal me ajudava, às vezes, quando eu tinha... que fazer quimioterapia. Porque uma das doenças que eu tive foi Hodgkin.

C.C. – Foi?

B.J. – Hodgkin é um linfoma. É um linfoma. Hoje em dia é muito curável, mas naquela época não era tanto assim. Então eu fiquei durante cinco anos e meio tratando, fazendo quimioterapia. Mas eu tive muita sorte, porque a quimioterapia era muito pesada, mas para mim, não tanto. Durava uma semana cada vez. Não chegava a ser muito pesado, para falar a verdade. Eu ficava só em estado, assim, um pouco letárgico. Então nessas semanas alguém me substituía, mas fora disso eu continuava trabalhando. Eu fiquei durante cinco anos nisso aí. Então em meio à quimioterapia, continuei trabalhando normalmente. Só naquele segundo semestre de 1976 eu fiquei hospitalizado, porque não sabiam exatamente o que eu tinha. Antes de descobrir o Hodgkin fiquei no hospital tratando de histoplasmosse. . Mas, fora isso, eu não parei nunca. Continuei trabalhando normalmente, dando aula na História. Me encarregava dos cursos de Sociologia para a História.

C.C. – Com o doutorado você começou a dar aula na pós também?

B.J. – Comecei. Aí foi minha virada. Eu terminei o doutorado e logo eu já estava me interessando... Sempre me interessei por política, mas, vamos dizer assim, não academicamente, não é? Comecei a me interessar por isso e tive uma experiência que ajudou nisso. Por acaso me convidaram para fazer editoriais na Folha. Escrevi durante uns meses...

C.C. – 83?

B.J. – 83, isso mesmo. Você lembra mais do que eu, você anotou! Foi em 1983. Eu trabalhei na Folha e isso... Mas já antes de 1983, já estava voltado para a política. porque eu organizei uma disciplina de pós-graduação, que acho que ministrei em 1982, ou 1983, eu tenho a impressão... Foi uma disciplina de pós-graduação muito ousada para a época. Foi muito interessante para mim -- acho que para os alunos também -- naquele momento. O universo ainda era do marxismo, só que, vamos dizer, era o marxismo que tentava se ajustar à análise política, pois em geral era muito rígido para isso. Passava-se das estruturas para as classes e a vida política propriamente dita era quase devorada pela luta abstrata de classes. Eu fiquei muito atraído pelo assunto, porque eu li um livro de um russo Pashukanis, sobre direito e marxismo. Ele me atraiu muito, porque permitia pensar melhor a relação entre capital, Estado etc. A forma do Estado capitalista, enfim, outras coisas. Mas eu comecei a ler muito sobre as tendências de análise marxista, o que se produzia na Europa sobre relação entre capitalismo, classes e política. Na época era uma literatura muito diversificada e muito vibrante. Existia um conjunto de autores que trabalhavam sobre a derivação do Estado do capital. Eu acabei formulando um curso de pós-graduação com um conjunto de alternativas teóricas desse tipo.. O grupo de alunos era ótimo. Todos eles estão trabalhando por aí.

C.C. – O Tilly você já conhecia nessa época?

B.J. – Não, foi depois. Bom, aí eu sei que...

C.C. – Tinha também... A conjuntura política era a discussão já de abertura, transição, já tinha tido as eleições de 1982. PMDB aqui no poder. Já era um...

B.J. – Já. Já estava...

C.C. – Na ciência política tinha toda a transitologia, Schmidt, O'Donnell discutindo a transição.

B.J. – Schmidt, O’Donnell. Exato. Isso já tinha, mas eu estava muito... Até 1980, eu fiquei muito absorvido na tese. Eu dava aula e ao mesmo tempo fazia a tese, então era uma... E tinha filhos, não é? Então tinha um conjunto de atividades que me absorviam bastante e eu acabei não... Não é que eu não ficasse atento. Eu acompanhava, discutia e tal mas, intelectualmente, não mexi com isso ao longo desses anos. Para te falar a verdade, foi o processo de abertura, vamos dizer assim, que valorizou a minha opção. Porque eu tive que fazer uma opção também em 1967, 1968, 1969. A gente não se dá conta mas, naquele momento, muitos dos meus amigos, com quem eu conversava -- eram amigos de movimento estudantil -- se dirigiram para a luta armada. Conheci alguns deles, que até morreram depois. Mas eu não fiz isso. E aí a gente fica... Naquela época tinha dúvidas mas eu já achava que aquilo não ia dar muito certo, porque... Pelo tipo de teoria que dava sustentação à luta armada, do foquismo até o maoísmo, pelas loucuras que se falava naquela época. Eles fizeram essas opções e a gente, naquela época, se sentia um pouco culpado, por fazer a opção, no fundo, do Partidão, de.. -- como dizia, depois, um amigo meu, o Gildo Marçal Brandão, que faleceu um tempo atrás. O Gildo dizia: “É... a gente fez a opção de *derrotar* a ditadura e não de *derrubar* a ditadura.” Ela iria cair pela derrota e não por um movimento armado que não convencesse. A idéia era convencer a massa da população de que aquilo tinha que acabar. Então, na medida em que a abertura política ia seguindo, aquela opção que a gente tinha tomado ficava um pouco menos amarga na garganta. Porque afinal, a maioria das pessoas com que a gente convivia, achava que o Partidão era reacionário, que não sei o que, que tinha que se fazer uma ruptura à esquerda, seja maoísta, fidelista, enfim. Assim, a abertura política deu uma espécie de alívio para quem não tinha optado pela luta armada..... A opção não tinha sido destituída de sentido.

C.C. - Mas a gente colocou o tema, vamos dizer, da conjuntura política. Existia essa formação das estruturas sociais e econômicas da sociologia e aí tinha que lidar com a efervescência da conjuntura.

B.J. – Exatamente. Com a efervescência. Especialmente com esse negócio da Folha. A Folha me fez entrar no dia-a-dia da política, com dificuldades bastante grandes, porque não só você tinha que pensar todo dia, lia todo dia jornal, preocupado com tudo que vai acontecer, qual é o significado de uma coisa e a outra. Mas também tinha que escrever de forma diferente, porque você tinha...que se ajustar.. Eu fui educado na área acadêmica, digamos, para preservar a autonomia do produto produzido, do saber produzido. Ninguém interfere. No jornal, editorial

é diferente, porque você precisa... Claro que você pensa, você analisa, escreve, mas sua opinião tem que ser modulada em relação a do dono do jornal, porque o editorial é a opinião do dono do jornal, não é?

C.C. – Você ficou menos de um ano nessa função.

B.J. – Muito pouco. Muito pouco.

C.C. – Mas saiu por algum motivo?

B.J. – Não, não. Foi que, de fato, eu acho que eu não me ajustei muito. Era complicado para mim. Nem sempre o editorial saía direito, por causa da... Primeiro porque você tem que escrever muito rápido e interpretar imediatamente uma situação, dar uma opinião. Nem sempre era a minha. Então eu tinha uma... Vivia muito forte a tensão de você, digamos, escrever remunerado... tentando expressar a opinião de uma empresa jornalística, que às vezes coincidia, às vezes não coincidia com a sua. Então, para mim, era uma coisa meio tensa. Eu acho que não me acertei muito bem nessa função. Era tenso para mim.

C.C. – Agora, no mundo acadêmico você está dando... Bom, a formação em sociologia, marxista.

B.J. – Embora, veja, marxista por opção, mas a gente unia todas as outras coisas.

C.C. – Sim, sim. Mas tinha também uma tradição na ciência política muito sobre as instituições, regime político. Era muito forte, vamos dizer, e sofisticada também. Bolívar, esse pessoal está escrevendo muito.

B.J. – Mas aí eu entrei depois. Eu tinha terminado já o doutorado. Obviamente isso me liberou um pouco a cabeça, daquele tipo de coisa. Teoricamente estava interessado no exame das relações entre Estado e capital mas já estava sensível a essas questões difíceis para o marxismo enfrentar, ligadas ao funcionamento, propriamente dito, do espaço político institucional. E eu acabei, junto com amigo meu, montando projetos sobre isso. A gente fez primeiro uma espécie de dicionário sobre o regime militar. Então era um monte de pequenos textos sobre vários temas do regime militar.... Não deu muito certo, porque era um projeto grande demais para nós dois. E depois nós montamos um outro projeto, que eu vendi para a Finep, de fazer uma espécie de balanço da transição. Aí já estava nesse outro universo. E esse balanço da transição envolvia...

Nós acabamos montando um grande banco de dados, que até hoje está disponível no site do Consórcio de Informações Sociais.

C.C. – Base de dados.

B.J. – O POLI. Estou tentando colocar ele online agora.

C.C. – Você com o Eduardo Graeff .

J.B. – Sim. O Eduardo fez o mestrado em ciência política. A gente era muito amigo, de juventude, de morar junto em república quando éramos estudantes. A gente se conheceu numa república. Ali perto da Maria Antônia, onde ficava a Faculdade. Depois o Eduardo virou assessor do Fernando Henrique, na época no Senado, e eu fiquei na vida acadêmica. Mas a gente voltou a se conectar na Folha, onde o Eduardo fazia também editoriais. Começamos a pensar em fazer um trabalho conjunto sobre política brasileira.. A USP era...ainda hoje é complicada... mas naquela época era muito mais complicado você montar projetos coletivos grandes em nossa área. Eu já estava conversando sobre a FINEP sobre isso quando o Gabriel Cohn, que tinha se tornado diretor da Fundação de Sociologia e Política, soube de nossas pretensões e nos ofereceu uma oportunidade lá. , “Ah, Brasília, se você quiser montar um negócio aqui, ótimo. A Fundação está precisando de um centro de pesquisa.” Topei o convite. Tinha boas relações com o Gabriel e construímos um centro de pesquisa com base num grande projeto financiado pela FINEP sobre a transição política. O banco de dados foi feito em função do projeto. Montamos o centro de pesquisa numa casa antiga no Pacaembu. Arrumamos a casa que estava abandonada, simplesmente jogada às traças pela Fundação. Tivemos que reformar a casa inteira com sobras de dinheiro daqui, dali, contanto com o auxílio de minha irmã empresária que me ajudou, deslocando funcionários, operários para ajudar lá a arrumar a casa. Enfim, trabalhei lá durante muito tempo. Fizemos o banco, o banco deu um trabalho bastante grande para montar. Ficamos meses definindo a concepção do banco, e aí sim eu entrei em contato com o Tilly. Aliás, eu já conhecia o Tilly, porque me lembro que mandei um livro do doutorado para ele. Não sei bem de onde que vem a conexão. Eu acho que foi o Maurício Font, que conheci nessa época e em função disso acabei tendo contato com a obra do Tilly. Especialmente com formas de...coleta de dados em jornais. Quando começamos a planejar o banco de dados, a gente tinha que fazer o POLI, pegamos o banco do Tilly, para ver como é que funcionava. Mas era impossível para a gente fazer daquele jeito. Primeiro porque era só de

movimentos sociais e a gente queria uma coisa mais ampla, de política em geral. Segundo, que era caríssimo do jeito que eles faziam. Era uma coisa que dava um trabalho do cão. Não dava para a gente fazer. Se a gente fosse fazer para tudo, aquele tipo de banco não dava. Aí a gente, Eduardo e eu, encontramos uma maneira, digamos, mais prática, mas ao mesmo tempo bem legal de coletar e organizar os dados. Tanto é que eu estive escrevendo um livro agora, sobre o Impeachment do Collor, baseado no POLI. Então fizemos o banco e a pesquisa. Aí sim, aí começamos a trabalhar mesmo sobre conjuntura, publicar textos sobre conjuntura. Eu fui nessa onda até que... Eu estava na USP e fazia análise de conjuntura, mas... aí, a partir de um certo momento, as condições de trabalho começaram a ficar muito difíceis, porque comecei a me comprometer a publicar toda semana um artigo, dois artigos. Isso me tirava energia, me exauria. Porque você não consegue fazer outra coisa da vida senão ler jornal e discutir política. Então, a vida acadêmica, propriamente dita.... Começou a pesar.... Coincidiu essa dificuldade, de muito trabalho, muita exigência de trabalho de conjuntura e com certas dificuldades.... Trabalho de conjuntura é uma coisa interessante, mas você tende, na análise de conjuntura, a não levar muito em conta aquilo que o Estado exclui, porque um dos grandes poderes do Estado, de quem está no poder, é excluir questões. Então essas questões mais estruturais, que, em geral, são retiradas do leque de questões a decidir, – isso a gente não discute –, e perde muito das transformações de longo prazo. Houve também uma mudança na Fundação Sociologia e Política. O pessoal resolveu, digamos, tornar mais comercial aquele centro de pesquisa que tínhamos montado. Aí eu saí do centro de pesquisa. Fiquei só mantendo o banco de dados.

C.C. – O Instituto de Pesquisa Social?

B.J. – É. Eu saí da chefia, me demiti, fiquei só na parte do banco de dados mesmo, porque o pessoal estava trabalhando lá. Depois tive que sair, porque as condições não ficaram muito propícias para continuar. Aí eu fui para o Cedec, porque aí eu tinha renovado o auxílio e a Fundação Sociologia e Política não tinha como absorver o dinheiro da FINEP. É que a Finep tinha estabelecido que quem tivesse dívidas trabalhistas não podia pegar o dinheiro e a Fundação tinha dívidas trabalhistas. Assim, eu mudei para o Cedec, fui fazer lá a pesquisa, embora sem alimentar o banco de dados. E ao mesmo tempo, claro, aproveitei para fazer a livre docência. Aí finalmente voltei para a vida acadêmica.

C.C. – E aí tem a ver com essa pesquisa de transição, não é?

B.J. – É, que eu fiz aí... O resultado saiu em Labirintos, dos generais à Nova República..

C.C. – No Cedec você também foi presidente um período, não foi?

B.J. – Fui, fui.

C.C. – E como é que é conciliar? A parte de cursos na USP e a pesquisa no Cedec? É isso, mais ou menos?

B.J. – É. Eu fiz isso... Ocorre que a USP, com o regime militar, perdeu os centros de pesquisa. O CESIT acabou. Houve uma desorganização do centro de pesquisa. Então surgiram, por iniciativa de pessoas de fora, que foram aposentadas...outros centros. Saiu primeiro o Cebrap, depois o Cedec e aí o Idesp, com o Bolívar Lamounier. O Cedec surgiu sob a liderança do Weffort, então saiu... Então o sistema de pesquisa empírica na USP foi meio desativado, com a exceção do CERU. Então, a pesquisa artesanal ficava na USP. Quer dizer, você fazia pesquisa para fazer uma tese, desde que fosse artesanal, tivesse um ou dois auxiliares. Pesquisa grande você não fazia na USP, porque não tinha meios.

C.C. – Com equipe então...

B.J. – Exatamente. Eu cheguei a ter 30 pessoas trabalhando comigo lá no Instituto de Pesquisa Social, em meio período.

C.C. – É quando a USP vai ter núcleos, não é?

B.J. – Então, mais recentemente surgiram os núcleos, depois... O sistema de ciência e tecnologia produziu uma diferença grande. O sistema de ciência e tecnologia, quer dizer, tendo na cabeça o ministério. Eles primeiro conseguiram muito mais dinheiro para pesquisa. Não é mais só a Fapesp etc. Mas eles também interferiram no modo de fazer pesquisa, da seguinte maneira: eles não financiam a administração. Então, para institutos que não estão na universidade, é um inferno. Porque enquanto os centros tiveram, na época da ditadura, ajuda da Ford Foundation, das várias organizações americanas e européias, que ajudavam as ciências sociais fora da universidade...

C.C. – A Finep antigamente podia custear. Depois não, depois mudou. Só custeio, custo fixo não.

B.J. – Exatamente. A pesquisa fora ficou terrivelmente difícil. Você fazer 500 mil ginásticas para poder preservar a administração, que precisa existir. Então quando isso ocorreu, surgiram, paralelamente, os núcleos dentro das universidades. Então começaram a abrigar pesquisas grandes. E agora, estando eu na chefia do departamento de sociologia, estamos montando um centro – aliás, já faz muitos anos que eu sugeri isso para o Conselho Departamental e agora a gente está realizando. Montamos lá um Laboratório de Pesquisa Social para fazer pesquisa em maior escala, para todos os pesquisadores do departamento de sociologia. Mas ainda assim... Hoje daqueles centros de pesquisa acadêmica, fundados na época da ditadura, só ficou o Cebrap, em termos significativos. O Cedec existe, mas de forma muito reduzida, muito pequena em relação ao que foi. Como o nosso contrato na USP é para pesquisa e docência, nunca houve muito problema nesse tipo de coisa. A USP nunca... o departamento nunca bloqueou esse tipo de coisa, embora eu ache que, paulatinamente, a pesquisa tenda a ser incorporada de novo pela universidade. Agora com a nova lei de ciência e tecnologia, se esperava que isso fosse resolvido.

C.C. – Tem os vetos, não é, também? Oito vetos.

B.J. – Só que os vetos da presidente Dilma praticamente inviabilizaram de novo. Porque uma das questões-chave era financiamento da atividade administrativa.

C.C. – Mas aí a associação dos funcionários e tal não...

B.J. – Pois é, mas significa que continuará a haver o conjunto de exercícios, nem sempre muito... Enfim, o administrador precisa fazer uma enorme ginástica para pagar o custo administrativo. Isso é uma insanidade. Vários daqueles vetos são... Realmente foram muito infelizes os vetos porque, no fundo, tudo que se conquistou com a regulamentação foi inviabilizado pelos vetos. Espero que sejam derrubados, para te falar a verdade. Por isso, a nossa universidade... Bom, isso não tem nada a ver, mas tudo bem. Você está em uma fundação privada, mas a universidade, as autarquias, mesmo aquelas que contam com os recursos fixos -- como no caso da USP, a Unicamp e a UNESP -- elas são de uma rigidez extraordinária. O que reduz muito a capacidade de inovação, de iniciativas. É tudo absolutamente rígido e

emperrado, tornando a vida acadêmica realmente difícil. E eu imaginava que talvez essa nova legislação pudesse ser uma espécie de primeiro passo para flexibilizar um pouco, porque as nossas universidades estaduais ainda têm alguma flexibilidade, porque têm recursos próprios, mas as federais... As federais estão em pior situação.

C.C. – Você está pintando um quadro pior do que no passado. Porque Cebrap, Cedec, Idesp, tinham recursos para pagar o custo fixo administrativo, não têm mais. Mas a universidade também não modernizou a forma de custeio de pesquisa, com toda a legislação e burocracia.

B.J. – Exatamente. Eu acho que a universidade tende, vamos dizer assim, do jeito como ela está organizada... dificilmente a gente vai conseguir ampliar a flexibilidade. Então a nova legislação anunciou a flexibilidade. Agora, do jeito como está, dificilmente. Como nós temos essa inflexibilidade da autarquia... se produziu, na verdade, um conjunto de fundações. Hoje em dia, na USP, por exemplo, nas áreas profissionais, em todas elas, pesquisa e boa parte do trabalho, de seminários, eventos etc. são feitos por meio de fundações. É que isso aí, hoje em dia, é vedado, politicamente vedado. Não há mais condições de criar novas fundações. Então na área de ciências humanas a situação é difícil. Isso é uma das questões mais..importantes de nossa área na universidade.. Esta questão, eu acho que vai se tornar dramática daqui a um tempo, porque a rigidez acaba penalizando qualquer iniciativa inovadora. A inovação custa.

C.C. – E sobra basicamente pesquisa individual, ou do líder com a sua equipe, com seus recursos, assistentes, mestrandos, doutorandos.

B.J. – Basicamente se faz isso. Fora que tudo é difícil, porque mesmo as agências financiadoras tendem a se burocratizar.

C.C. – Deixa eu só voltar ao seu tema.

[FINAL DO ARQUIVO 02]

C.C. – Retornando a teus temas de pesquisa depois desse estudo sobre a transição para a democracia, você pega logo lá na República e logo no início da nova República tem o fenômeno do impeachment do Collor, ao qual você se dedica bastante até hoje. Acabou de sair o livro agora, não é? Em 2015. *O impeachment de Fernando Collor*.

B.J. – Isso.

C.C. – A impressão que dá é que você procura manter o mesmo tipo, quer dizer, ver só não o fenômeno político, mas também o contexto socioeconômico mais geral e cruzar macro com coisas meso. Isso, não é?

B.J. – Na verdade, eu tento manter a embocadura do sociólogo. Porque um dos problemas que ocorreram no processo de afirmação da ciência política como disciplina, foi autonomizar em demasia aquilo que, com toda a razão, deveria ser enfatizado ...que você tem um campo político-institucional, que tem características próprias, uma dinâmica própria, etc., .Em geral os sociólogos não davam muita bola para isso, especialmente os de formação marxista. Mesmo a sociologia política de São Paulo não deu tanta atenção a isso. Eu sou um pouco filho disso. Mas no livro *Labirintos* eu tentei já incorporar esse campo institucional em sua dinâmica própria. Então, isso sempre me atraiu bastante, mas eu nunca deixei de ser sociólogo. Portanto eu acho que às vezes a ciência política comete uma espécie de confusão entre especialização e a exclusão do outro. É como se os três poderes e o funcionamento das instituições políticas não tivessem encarnados na sociedade. Então, eu prefiro sempre encarnar.

C.C. – Você acha que isso é mais devido a uma formação disciplinar teórica de base ou tem a ver também... Às vezes eu penso, com o chamamento da mídia, da consultoria, coisas que o cientista político está muito para comentar a reforma política, o que é que falou, vice-presidente, e dá uma consultoria.

B.J. – É, isso. A demanda jornalística também ajuda, não é? Quer dizer, o chamado da mídia... Eu acho que você tem razão, isso aí...

C.C. – E de consultorias também, não é? Vários cientistas políticos importantes abriram suas consultorias. Mais do que os sociólogos, não é?

B.J. – Tem, tem esse tipo de consultoria. É, porque eles são... Eu, inclusive, sou muito chamado para falar sobre política, não sobre a sociedade, ou coisa que valha.

C.C. – Transformações em sociedade, Isso não é tão...

B.J. – É, exatamente. Mas eu acho que o processo de reafirmação foi muito no sentido de que isso tem lógica própria, há regras próprias, há um funcionamento que nós precisamos decifrar. Porque veja, a ciência política é nova, se você pensar nesta ciência política. É claro que não a

teoria política, pois essa é mais antiga que a sociologia, não tenha dúvida. Mas essa ciência política contemporânea se descolou um pouco da sociologia política dos anos 1950 e se afirmou mostrando o valor próprio das instituições. Eu acho que antes os sociólogos, mesmo os sociólogos políticos, não valorizavam suficientemente as instituições políticas. Então acho que isso, de fato, é importante. Só que a política não se dá no vazio. Você não discute apenas partido A, B ou C ou tal ou qual comissão legislativa, Essas questões que chegam ao espaço de decisão, ou são excluídas da decisão, são questões que dizem respeito à sociedade inteira. Esses dilemas que são discutidos partidariamente, ou pelos políticos profissionais, são questões que nascem na sociedade. E eu acho que nas sociedades democráticas o grupo de pressão, as representações das várias coletividades, atuam, têm muita presença no espaço público, embora não tão regular quanto em uma crise política. Em uma crise política elas quase que invadem o espaço político-institucional. Mas usualmente também têm participação. Eu gosto sempre de manter os dilemas e a estrutura social como parte do quadro e parte importante do quadro. Isso se deve, talvez, em boa parte, também à atenção que eu costumo dar à relação entre o Estado e a economia. Porque o Estado não é apenas o mundo dos partidos, das relações entre os poderes mas ele atua diretamente na distribuição e na produção dos recursos materiais. E isso aí produz alterações que impactam depois o Congresso, enfim. Então, o Estado de fato é uma instituição que não pede licença para intervir em a, b, ou c questões. Isso faz com que o Estado esteja no centro, sim, mas não sozinho. Ele está no centro de uma sociedade mais ampla e a dificuldade das reconstituições políticas é selecionar o que incluir, selecionar o que dizer, não dizer tudo. Você nunca diz tudo, não é? Identificar as forças que têm relevância em tal ou qual questão. É isso que eu acho mais difícil quando você trabalha desse jeito. Porque você...

C.C. – Isso não tem a ver... Eu estou lembrando de um texto que você... tem uns 10 anos, numa revista portuguesa, “O futuro das ciências sociais”, da sociologia. Você chama atenção para essa fragmentação enorme no campo teórico. Os grandes modelos funcionalista, estruturalista, marxista, isso é muito fragmentado, inclusive nos movimentos sociais que surgiram, em outras questões.

J.B. – A sociologia não tem mais uma...

C.C. – Acho que perdeu muito esse grande referencial, que não sei se eu estou interpretando errado, de alguma forma você tenta manter essa tradição da sociologia clássica, Florestan Fernandes e discípulos, da tua formação.

B.J. – É, eu mantenho. Eu tento manter. E claro que você vai mudando aos poucos as suas afinidades. Hoje as minhas afinidades maiores não são tanto com Marx, mas com Weber. Embora hoje, se você tiver muita adesão, quase que de fé, a um autor ou outro, você arrisca a perder da riqueza que a disciplina oferece ... Por exemplo, no caso do impeachment, uma das coisas interessantes que eu li foi uma discussão durkheimiana sobre o impeachment do Nixon, que faz o Jeffrey Alexander. Claro que o Durkheim pensa nas... Alexander tenta mostrar as disputas que ocorrem no interior da consciência coletiva, e por aí vai. É uma espécie de Durkheim de esquerda, ou sei lá, preocupado com a tensão... Aliás, diga-se de passagem, sobre Durkheim: a obra principal dele não trata disso, mas ele faz referências à Revolução Francesa, ele chama atenção para a importância das quebras que ocorrem no plano simbólico, o surgimento, por exemplo, na Revolução Francesa, de um novo calendário, que expressa o conflito ...

C.C. – Tem uma leitura muito dogmática do Durkheim. Depois teve Steven Lukes chamando atenção para a coisa mais cognitiva.

B.J. – Exatamente. Então, é esse tipo de perspectiva que eu acho que a gente deve ter, não dogmática ... Como as ciências sociais são muito diversificadas elas abrem muitas oportunidades para isso. É o que se vê, por exemplo, quando alguém tem a brilhante idéia de pegar um aspecto absolutamente -- não desconhecido, mas não explorado de um autor x. É o que fez, por exemplo, o David Beetham, anos atrás com as análises políticas de Weber. Ultimamente eu tenho trabalhado um pouco sobre essas análises políticas de Weber. Ele fez muitas análises políticas sobre a Alemanha e sobre a Rússia, sobre a Revolução Russa de 1905 e 1917. Ele tem dois estudos muito interessantes sobre a Revolução de 1905 e sobre a Alemanha. Então esse tipo de trabalho é completamente... Sabe? Sai daquele universo da sociologia da religião, da Economia e Sociedade, e passa a ver um Weber que discute luta, que é o núcleo, para ele, da vida social. É luta.

C.C. – Weber era muito político também. Ele estava inserido...

B.J. – Exatamente, a teoria toda é sempre...é uma teoria voltada para a instabilidade da relação social, da luta, da competição. E isso não aparece, em geral, ou aparece menos, quando trata da religião, dos tipos ideais. Mas isso aparece à plena luz quando ele discute a Revolução Russa de 1905 ou as várias situações políticas na Alemanha. Eu dei um curso de pós-graduação sobre isso e vou agora tentar dar esse curso na graduação . Mas eu não sei se perdi um pouco a tua...

C.C. – Não, estava o tema da política continua com o impeachment do Collor. Está saindo o livro agora.

B.J. – Saiu. [riso]

C.C. – Quer dizer, saiu já o livro. Bom, a discussão de impeachment continua agora. Agora o impeachment da Dilma, que está na pauta. É a conjuntura.

B.J. – É, na verdade, o livro deu sorte, não é? O livro, eu terminei em 2014. Entreguei para a editora em 2014 e eles publicaram agora em 2015. A infelicidade do Brasil foi um pouco a felicidade do livro, não é? A crise e tal. Mas o livro foi uma espécie de retomada daquele outro, Labirintos. Nesse livro sobre o impeachment eu tento fazer essa... Tem uma primeira parte, em que eu tento dar um quadro do processo inteiro de transição política, dos dilemas e tal. E, depois, me concentro no governo Collor. Mas aí eu fui obrigado a fazer uma opção, a de analisar só aqueles conflitos que eu achava que foram centrais no processo de impeachment. Então toda uma parte da política do governo Collor, a dimensão da liberalização, eu... Não é que eu não mencione, mas eu não trato especificamente. Eu fiz um artigo sobre isso, publicado na Dados. Porque, ao contrário do que está em jogo no governo Dilma, da crise do governo do PT, a questão da liberalização econômica não estava no foco do impeachment do Collor. O que esteve em jogo era a democracia; democracia que todo mundo achava que era questão resolvida com a eleição do presidente; com a eleição direta. Mas as disputas no governo Collor mostraram que não estava resolvida. E agora, no caso atual, a questão não tem a ver exatamente com a democracia; tem a ver com a gestão econômica, fiscal, monetária. Enfim, é a gestão econômica que está em jogo. Mudou um pouco a ótica. Mudou tanto que a acusação contra Dilma é por não obediência à lei de responsabilidade fiscal. O impeachment do Collor não teve nada a ver com isso. Era por corrupção. Mas corrupção que, no fundo, era o meio de popularizar a disputa do que estava, de fato, em jogo -- como gerir o país, como gerir a democracia instituída em 1988.

C.C. – É, você mostra como que PMDB, PSDB, PT, acabaram agindo... Apesar de todas as diferenças...

B.J. – É que, naquela época, as diferenças maiores eram mais... Por incrível que pareça, havia mais afinidade, mais proximidade entre o PT e o PSDB do que com o PMDB, porque o PSDB rompeu com o PMDB em 1987. Então a afinidade maior era com o PT, por incrível que hoje pareça. Mas eles organizaram o movimento, foram muito hábeis, as lideranças todas que fizeram a coalizão, em maio de 1992. Fizeram a coalizão dos três partidos. Eles chamavam de frente, mas era coalizão porque durou; não foi apenas em relação a uma questão específica. E praticamente a coalizão conduziu o processo de impeachment. Claro que eles não conduziram, imediatamente, como processo de impeachment, porque eles não tinham segurança de que aquilo fosse realmente dar em impeachment; mas a coalizão era um eixo da oposição. Coisa completamente diferente de agora, porque está tudo fragmentado; não só o PT, mas também o PSDB e o PMDB. Então, hoje a fragmentação é muito grande.

C.C. – E tem algumas lideranças que podem ser presas a qualquer momento. [riso] Uma instabilidade maior, não é? Eduardo Cunha, Renan Calheiros podem ser...

B.J. – Sim, a qualquer momento. Nós estamos em uma situação...

C.C. – O líder do PT do Senado foi preso de repente, não é? Você tem uma estabilidade diferente.

B.J. – É, a presidente vai dar um depoimento. Saiu hoje no jornal. Vai dar depoimento, alguém pediu o depoimento dela em defesa de um acusado.

C.C. – E o papel do Judiciário diferente nessa...

B.J. – Totalmente diferente.

C.C. – Você tem um protagonismo do Judiciário hoje em dia que é diferente de 20 anos atrás.

B.J. – É que, veja, foi em 1992 o impeachment, não é? Só em 1988 que o Ministério Público ganhou status, digamos, de protetor geral da legalidade da ação dos entes públicos e privados.... Os procuradores deixaram de ser apenas os acusadores em processos-crime e passaram a ser aqueles que cuidam da legalidade da República, não é? Então, isso não existia. Também o

Judiciário, ele estava saindo do regime militar e tinha muito menos... -- haveria que estudar o Judiciário... eu não estudei o Judiciário -- mas suspeito que havia muito menos autoridade, autonomia, em relação às autoridades políticas, não é? Então, veja, todo o processo de impeachment do Collor envolveu políticas, ações efetivas da oposição para preservação do isolamento militar. Não é que, como dizem, às vezes os...

C.C. – Porque era uma preocupação, né? Hoje não.

B.J. – Se você compara a atividade militar do governo Sarney, ela que era muito mais proeminente que o governo Collor –, o Collor que domou, entre aspas, os militares –, mas nos momentos em que o Collor necessitava, às vezes havia pronunciamentos militares. Mesmo em 1991, por exemplo, em relação a reajuste do funcionalismo público, houve não um pronunciamento no sentido forte... mas houve uma manifestação militar a respeito da decisão do Congresso. Então, não era uma coisa tão automática ou, digamos, dada por assentada, como hoje, que se pudesse dizer “os militares não vão intervir”. Havia sempre esse temor. E a oposição, a coalizão, atuou francamente no sentido de preservar a adesão dos militares à democracia. Inclusive, às vezes, com recuos. Por exemplo, evitando grandes manifestações populares antes que a CPMI anunciasse o veredicto sobre o Collor. Claro que isso não foi cumprido, mas não foi cumprido porque o Collor chamou a manifestação em agosto. Aí, liberou geral, não é? Segundo exemplo: 7 de setembro. Sete de setembro foi um dia muito difícil, porque havia muita gente que queria se manifestar contra o Collor. Claro que o presidente sempre está no palanque e os militares ficaram tensíssimos com o desfile de Sete de setembro. Então houve um monte de iniciativas da oposição, principalmente, do PT, para segurar o pessoal, para não deixar haver manifestações, para não protestar demasiado, a ponto dos militares serem obrigados a intervir. Então havia muito cuidado com os militares.

C.C. – Bom, mas e hoje? Publicado aí o livro sobre o impeachment do Collor, qual é o teu tema de pesquisa, de interesse? O que sobra... É o departamento?

B.J. – É... bom, vou acabar agora o meu mandato como chefe do departamento e, vou me aposentar esse ano.....

C.C. – Ah, sim, tem a aposentadoria compulsória.

B.J. – É, estou para me aposentar. Se bem que...

C.C. – Mas você pode continuar dando aula na pós, não pode?

B.J. – Sim, mas agora também tem esse projeto do Serra que acho que aprovaram.-- mas não sei se regulamentaram ainda -- permitindo ir até os 75 anos. Mas eu não vou ficar. Vou me aposentar. Esse livro exigiu bastante em termos de esforço de pesquisa, não é? Ele realmente deu trabalho. Eu estou imaginando... Agora eu estou um pouco em dúvida sobre o tipo de trabalho a seguir... Eu tenho coisas fáceis, que eu poderia fazer e algumas coisas já quase com meio caminho andado, mas eu estou interessado em voltar um pouco. Sair um pouco das conjunturas de crise. Porque, enfim, crises políticas são ótimas para você trabalhar, mas elas são exigentes em termos de pesquisa e às vezes o trabalho parece pontual demais, não é? Eu estou pensando em fazer uma coisa um pouco diferente agora. Voltar um pouco aos estudos que eu fazia. Eu já fiz um estudo comparado com o México, por exemplo.

C.C. – Você passou um tempo lá, não é?

B.J. – Passei. É, algumas vezes. Viajei ao México umas três vezes. Dois meses de pesquisa. Mas eu estou pensando.... Eu estou interessado em uma questão que é a dinâmica política, ou sociopolítica que conduz os Estados a mudarem sua posição no sistema centro-periferia. A teoria do centro-periferia é uma teoria que, no fundo, amplifica a teoria da dependência, só que ela tendeu a se tornar muito mais objeto de economistas do que propriamente de alguém preocupado com a dinâmica política, não é? Então você tem estudos de ciclos, etapas, tentativas de identificar quem é que está no centro, quem é que está na periferia. Há uma crença muito grande, às vezes, de uma parte da literatura, de que nenhum país consegue sair do lugar em que está. Só que os países saem e mudam de posição. Alguns que estão lá na situação intermediária vêm para o centro, outros vão para a periferia. E essa dinâmica de reposicionamento internacional depende muito da dinâmica interna de cada sociedade. E, para te falar a verdade, eu estou muito preocupado com a dinâmica sociopolítica brasileira, que está nos conduzindo, eu acho, mais para a periferia. Se você comparar a nossa posição relativa em 1930, com 1980 e com 2010, a nossa posição, vamos dizer, fica no mínimo preocupante, quase que assustadora.

C.C. – Apesar da imagem do “Brasil emergente”.

B.J. – Pois é, mas emerge para onde? No fundo você tem um sistema de produção de símbolos, como emergente, como parte do BRICS que às vezes ...

C.C. – Nova classe média.

B.J. – É. Se você compara o PIB per capita do Brasil com o Europa Ocidental, os 12 países da Europa Ocidental de 1930, 1980 e depois 2010, você vê que a nossa situação melhorou muito de 1930 para 1980. Claro que nós crescemos enormemente. Acho que o Brasil só não cresceu tanto quanto o Japão. Mas, depois, nós declinamos. Não é só o governo Dilma; nós estamos declinando há muito tempo. Então só para você ter uma idéia, nós tínhamos acho que 41% do PIB per capita dos 12 da Europa Ocidental. Isso partindo de 22%, acho que era 24%. Nós tínhamos 24% do PIB per capita em 1930. Passamos para 41% e caímos para 31% em 2010. Isso em relação à Europa Ocidental, os 12 países da Europa Ocidental. Claro que a gente pode fazer outros cálculos, colocar a América Latina Mas eu vou tentar agora, esse ano... uma das coisas que eu estou querendo estudar é a dinâmica da Argentina, Brasil e México nesse processo. Principalmente de 1980 para cá, porque, por motivos diferentes, nós temos tido muitas dificuldades. A Argentina, por incrível que pareça, apesar de todas as confusões argentinas, apesar do declínio secular, ainda tem renda per capita maior que a nossa, uns 50% maior. Aquela fertilidade natural extraordinária. Eles são uma potência agrícola quase que natural. ,A mas a nossa situação eu acho que é bem precária. Precária. e aí Eeu acho que a gente precisa indagar o que fez com que nós perdêssemos o dinamismo. O dinamismo que nos levou em 1980 a ganhar uma posição econômica espaço considerável no plano internacional., O que mas que agora está nos fazendo perder? . Eu acho que nós provavelmente estamos produzindo mecanismos regulatórios aí que não têm favorecido o dinamismo econômico do Brasil. O que está acontecendo agora não é apenas um ponto ruim fora da curva. ,A de uma curva que já estava ruim. Então não é que a gente estávamos muito bem, que estávamos emergindo., Nnão. A gente era emergente lá em 1980. Depois a gente caiu. Então os dilemas que a gente está vivendo hoje, eu acho que são dilemas que estão bem além das questões de conjuntura, impeachment, não impeachment etc, aquela coisa toda. Mas a gente está por tomar com decisões a tomar que podem nos levar a continuar nesse ritmo de queda relativa. Claro que avançamos muito em várias coisas, mas relativamente, em termos de crescimento do PIB, nós regredimos relativamente.

C.C. – Relativamente entra a discussão entre centro e periferia, não é? Coloca em relação esses termos.

B.J. – É. Sim. É que existem diferenças. Você pode não aceitar muito como se caracteriza. Existem algumas boas caracterizações, eu acho, de centro-periferia de forma... A literatura é muito variada nessa área. Mas eu acho que o essencial é que não há posição sagrada, no sentido de que quem era centro ficará centro a vida inteira e quem era periferia tornou-se periferia sempre. Essa é que era a crença mais... Ou bem você fazia uma revolução, ou não sai do lugar. Não é bem assim. Mas é preciso entender como ocorre. Você tem aí vários exemplos de mudança de posição. Mas como isso ocorreu? Qual é o mecanismo que produz essa decadência relativa? Claro que aumentou a renda per capita, que aumentou a distribuição de renda. Relativamente muito pouco, mas melhorou um pouco a distribuição. Mas no conjunto a gente está ficando um pouco para trás. Isso me preocupa. Essa é a minha preocupação de agora. Mas eu não sei ainda como vou transformar esta inquietação em produção de conhecimento. Mas é isso. Quero sair um pouco da conjuntura.

C.C. – Está ótimo.

B.J. – Está bom?

C.C. – Para mim, está bom.

B.J. – Está ótimo. Fique à vontade aí.

C.C. – Queria agradecer mais uma vez a sua disposição.

B.J. – Obrigado por ter me convidado e ter paciência.

C.C. – Imagina, imagina. Está ótimo então.

[FINAL DO DEPOIMENTO]